



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 648 - DE 3 A 17 DE OUTUBRO DE 2021 - R\$ 4,00

As tendências da crise mundial indicam agravamento das condições de vida dos explorados

É necessário organizar em cada país a luta do proletariado e dos demais oprimidos por um programa e estratégia próprios

Dia 2 de outubro

Por manifestações massivas, classistas e de luta!

Não à frente burguesa, que sacrifica as reivindicações dos explorados e engana as massas!

Sim à frente única classista, que una os explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações!

LUTEMOS PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ORGANIZATIVA DA CLASSE OPERÁRIA E DEMAIS TRABALHADORES!



Lênin estrategista da revolução proletária

Ato político

104 anos da Revolução Russa

Lançamento do novo livro

**Lênin Estrategista
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique**

Novos sintomas da crise mundial, e seus reflexos no Brasil

O mês que se encerra foi tomado por grandes e concentrados acontecimentos internacionais. Os Estados Unidos se retiraram do Afeganistão e anunciaram o acordo militar com a Inglaterra e a Austrália; o Japão revelou um acordo militar com o Vietnã; a China passou a ocupar um espaço no Afeganistão, e procura uma aproximação com a Rússia e o Irã. O aumento da militarização do Mar do Sul da China, agora reforçado com os submarinos nucleares, adquiridos pela Austrália, lembra movimentos de pré-guerra. Nesse mesmo espaço de tempo, a incorporadora chinesa Evergrande reconheceu a incapacidade de pagar US\$ 83,5 milhões, de uma dívida de US\$ 300 bilhões. Chegou-se a comparar a falência da Evergrande com a do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008.

A sombra da retomada da recessão de 2009, que levou a uma ampla quebra de forças produtivas, por toda a parte, ainda não foi dissolvida. Sabe-se que o alto crescimento, em boa parte artificial, da economia chinesa, chegou ao seu limite. Estima-se que os negócios da Evergrande ocupam uma significativa parcela do PIB da China, cerca de 30%. Depois da retração mundial em 2020, causada pelo impacto da Pandemia, a recuperação em 2021, incentivada por trilhões de dólares injetados pelas potências – somente os Estados Unidos, US\$ 1,9 trilhão –, se mostrou muito aquém da necessidade de desbloquear as forças produtivas. Tudo indica que a crise da Evergrande muito pesará no crescimento mundial do ano que vem. Se o socorro do Estado chinês não adiar a quebra interna, a situação dos países exportadores de matérias-primas e de outras commodities poderá piorar sensivelmente.

O Brasil sofreu uma queda de 4,1% no ano passado; e as previsões otimistas para o presente ano ficaram nebulosas. Mas, tudo indica ser correta a estimativa de baixo crescimento e estagnação nos próximos anos. Uma redução na exportação de minerais e produtos do agronegócio agravará o bloqueio das forças produtivas internas, que, há décadas, se movimenta nos marcos do baixo crescimento, recessão e estagnação. O peso da dívida pública parasitária condiciona o Orçamento do país, a tal ponto que, qualquer que seja o governo, não consegue alterar o curso catastrófico da economia.

Assistimos à derrocada de Dilma Rousseff no seu segundo mandato, à de Temer e, agora, à de Bolsonaro. As contrarreformas trabalhista e previdenciária – está em andamento a administrativa – vêm protegendo os lucros dos capitalistas e o pagamento pontual da gigantesca carga de juros aos credores, mas não têm servido para impulsionar as forças produtivas como um todo.

A Pandemia não fez senão agravar as tendências recessivas e de estagnação econômica. O País se aproxima de 600 mil mortes, com uma média atual de 600 vidas que se perdem diariamente. A burguesia e os seus governantes se mostraram e se mostram incapazes de conter a contaminação. Evidenciaram que os interesses econômicos estão acima das ações efetivas de combate à Pandemia. A imensa maioria das vítimas é de pobres e miseráveis. Muito se tem falado e lamentado, diante da escalada do desemprego, subemprego, miserabilidade e fome. Mas, os exploradores nada podem fazer, uma vez que é próprio de sua natureza de classe agir sempre em proteção de seus interesses econômico-financeiros.

As privatizações caminharam, mas o valor obtido se dissolveu no orçamento, voltado à sustentação da dívida pública. A entrega das estatais lucrativas é parte do mesmo parasitismo que sangra o Tesouro Nacional, por meio de juros pagos religiosamente aos credores da dívida pública. Milhares de fábricas e negócios se fecharam. O mais fulgurante espetáculo foi dado pelas multinacionais Ford e LG. Forças produtivas foram destruídas a olhos vistos. Assim, a burguesia liquidou, em pouco tempo, milhões de postos de trabalho. Acompanha esse desastre social, a volta da inflação e do custo de vida. Bolsonaro e seus críticos discutem a causa e os responsáveis pela explosão inflacionária. Enquanto isso, milhares de famílias são despejadas de suas casas, milhões vivem de migalhas assistenciais, e outros milhões de jovens não estudam, nem trabalham.

No dia 2 de outubro, ocorrerá a quinta manifestação do “Fora Bolsonaro”. A sua direção sindical e política responderá a essas contradições do capitalismo em decomposição? Não responderá! Continuará empenhada na preparação da disputa eleitoral de 2022, que inclui uma possível solução institucional, de afastamento de Bolsonaro por meio do impeachment. Continuará resmungando sobre os infortúnios dos miseráveis e famintos. E, na prática, continuará negando-se a organizar a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Cabe à vanguarda com consciência de classe defender o programa próprio dos explorados, e indicar, com a estratégia do proletariado, o caminho da revolução social. Cabe explicar exaustivamente aos explorados e à juventude, que o reformismo falsifica a realidade econômica e social, ao ocultar que o capitalismo da época imperialista é de desintegração, de barbárie crescente, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Cabe empenhar-se de corpo e alma na construção do partido marxista-leninista-trotskista, e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Por manifestações massivas em 2 de outubro

*Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e moradias populares
Pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro
Fim das privatizações e reestatização das empresas já entregues aos capitalistas
Não pagamento da dívida pública
Terra e direito à autodeterminação das nações indígenas
Fim dos latifúndios e terra aos camponeses*

**Por uma frente única classista e de luta, em defesa de uma Carta
de Reivindicações dos explorados! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem
um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, preparando a greve geral!**

É preciso dizer que as manifestações deste dia 2 de outubro não serão classistas. Serão policlassistas. Ou seja, reunirão, no mesmo terreno centrais, sindicatos, movimentos populares, partidos da burguesia e politiquieiros pró-capitalistas. A justificativa dessa frente ampla é a de que Bolsonaro é o principal inimigo do povo. Coloca-se de lado que esse governo antinacional e anti-popular é uma criatura da burguesia. Bolsonaro não seria nada, se não fosse a vontade e o apoio de uma frente capitalista, que se constituiu para derrotar o candidato do PT. Boa parte dos partidos de centro-direita que, hoje, se declaram oposição e assumem a bandeira do “Fora Bolsonaro”, foi responsável pelo golpe de Estado de 2016, pela ditadura civil de Temer, e pela ascensão de Bolsonaro e seus militares.

A aproximação do PT e aliados com essa fração opositora, que tem em seu centro o PSDB, em nome do fim do governo de Bolsonaro, degenerou a Campanha Nacional Fora Bolsonaro em uma força política policlassista. O que resultou na negação de um programa e estratégia próprios da classe operária e dos demais explorados. O desemprego, as perdas salariais, o aumento do subemprego, e o avanço da miséria e fome, têm sido utilizados como enfeites sentimentais, para acobertar o conteúdo burguês da estratégia do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

As centrais, sindicatos e movimentos caminham por detrás da disputa eleitoral, bloqueando a organização independente, classista, e o método da ação direta. As necessidades vitais dos trabalhadores da cidade e do campo não são tomadas como

ponto de partida para mobilizar, organizar e unificar a maioria oprimida, que tem sido duramente sacrificada com a Pandemia e com a derrocada econômica do país. Não é de hoje que impera tamanho bloqueio. As multinacionais impuseram a flexibilização capitalista do trabalho, reduziram o número de trabalhadores, e impulsionaram a terceirização. Mais recentemente, fecharam fábricas e puseram milhares de operários na rua. Vimos o desemprego se elevar às alturas, a terceirização se proliferar, e o preço da força de trabalho se desvalorizar. Nem mesmo a alta inflacionária e a explosão do custo de vida, a burguesia e seu governo puderam evitar. O que vem resultando em maior sacrifício das massas.

Estado burguês. O que implicou destruir o processo de construção da democracia proletária, de independização diante da política burguesa, e de fortalecimento dos métodos da ação coletiva, em cuja base se encontra a ação grevista. No momento em que prevaleceu, nas organizações sindicais, a política de colaboração de classes, destruíram-se as conquistas organizativas, obtidas na luta pelo fim da ditadura militar, e pela expulsão dos interventores nos sindicatos. Esse retrocesso foi fundamental para a burguesia e seus governos administrarem a crise capitalista, descarregando-a sobre os ombros da classe operária, dos camponeses pobres e das camadas baixas da classe média.

A aproximação do PT e aliados com essa fração opositora, que tem em seu centro o PSDB, em nome do fim do governo de Bolsonaro, degenerou a Campanha Nacional Fora Bolsonaro em uma força política policlassista. O que resultou na negação de um programa e estratégia próprios da classe operária e dos demais explorados.

Multiplicaram-se as centrais sindicais, recrudescu a burocratização, e implantou-se um poderoso corporativismo. A classe operária, fragmentada, desorganizada e sujeita à política de colaboração de classes, perdeu a iniciativa política, que havia conquistado no fim da ditadura militar, passando pela constituição da CUT, e projetando-se com as greves dos anos 1980 e meados de 1990. O movimento político-reformista, encabeçado pelo PT, sob a liderança de Lula, se encarregou de submeter as organizações sindicais e populares ao

Os reformistas se utilizam da miséria e fome estruturais para canalizar o instinto de revolta da maioria oprimida, submetendo-a às ilusões eleitorais, parlamentares e governamentais. Houve, no passado, uma grande arregimentação das massas, em torno à bandeira de um “governo popular e democrático”. Hoje, pouco se fala desse objetivo burguês, uma vez que a experiência dos governos petistas demonstra claramente que são reféns da grande burguesia e das multinacionais. Ao PT e aliados, bem como aos seguidistas de esquerda, cabe a

responsabilidade do desarme ideológico, político e organizativo da classe operária.

A derrocada prematura do governo de Dilma Rousseff, destituída pelo impeachment, interrompeu a experiência das massas com a política burguesa do reformismo. A impossibilidade da ditadura civil de Temer e do governo Bolsonaro eleito desenvolverem uma política capaz de reerguer a economia, que foi para o precipício no final de 2014, e lá permanecendo até hoje, se converteu em agravamento da crise social. O retorno do reformismo se deve à experiência inconclusa dos explorados com os governos petistas. Eis por que a projeção eleitoral de Lula reflete a profundidade da crise política do regime capitalista, e é um fator de seu acirramento.

O problema está em que o reformismo arrasta as massas por trás de si, desenvolvendo a tática da frente popular, que historicamente foi utilizada pelo estalinismo, para disciplinar o proletariado, e arrefecer a luta de classes. A frente popular – também denominada de frente ampla – tem por estratégia estabelecer um governo burguês, que supostamente atenderá as necessidades dos explorados, e possibilitará a sua influência nas diretrizes governamentais. Evidentemente, se oculta a sua caracterização de classe, com o conceito de “governo popular”. Para ganhar a confiança da burguesia, de que não violará a propriedade privada dos meios de produção, o reformismo teve e tem de transformar os sindicatos em instrumentos de conciliação de classes.

O proletariado e os demais trabalhadores estão pagando caro por essa política, sem que possam identificar o seu conteúdo de classe burguês. Durante um ano e três meses de pandemia, as direções sindicais e políticas, reformistas e burocráticas, auxiliaram os capitalistas a atravessarem os momentos mais difíceis da crise econômica, travando qualquer iniciativa de luta dos explorados. Colaboraram francamente com a aplicação da MP 936, arquitetada por Bolsonaro, e aprovada pelo Congresso Nacional. O fechamento da Ford e LG, como parte de milhares de fechamentos de fábricas e negócios, não mereceu, das centrais sindicais e dos partidos reformistas, uma resposta à altura da necessidade de defender os empregos e salários.

Essa mesma orientação, resguardando

as particularidades da situação, passou a ser aplicada a partir de 29 de maio, quando as direções sindicais e partidárias viram que já não era mais possível sustentar a política burguesa do isolamento social. Em um primeiro momento, iniciaram as manifestações sob a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, restritas às organizações próximas ou quase próximas do PT, tendo por fundo a promoção da candidatura de Lula. Logo em seguida, na manifestação de 3 de julho, se colocou a ampliação da frente, para incorporar as frações da oposição a Bolsonaro de centro-direita. E, finalmente, depois do ato dessas frações no dia 12 de setembro, se negociou a convocação dos atos do dia 2 de outubro e 15 de novembro, já no formato da frente ampla.

Um grupo de seis partidos, liderado pelo PT e PDT, passou a ditar os novos passos do movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment”, decidindo por cima da frente original. Seu aparecimento se deu no “Dia Internacional da Democracia”, comemoração inventada pelo imperialismo. A ala mais à direita da organização da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, representada pelo PCdoB e Solidariedade, bem como respectivamente pela CTB e Força Sindical, passou a atuar abertamente em favor da frente ampla. Abriram-se as portas ao PSDB, PSD, Cidadania, etc., e aos aparatos da direita, como MBL e VPR. Quanto mais ampla for a frente pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”, mais claro fica o seu caráter policlassista, definido pelos partidos da burguesia.

O POR vem travando o combate, desde o início, pela mudança de política, tática e estratégia. A tarefa é a de potenciar a luta de classes contra Bolsonaro e a burguesia de conjunto. O primeiro passo, neste sentido, está em levantar um programa próprio de reivindicações dos explorados, que pode ser materializado em uma forma de Carta de Reivindicações. Em sua base, estão os empregos, salários e direitos trabalhistas. Assim, se poria de pé uma frente única classista, de luta e independente de todas as variantes da política burguesa. Para concretizar, o POR tem defendido a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de uma Carta de Reivindicações. Sua realização, impulsionada

nada por assembleias sindicais e populares presenciais, e apoiada em comitês de empregados e desempregados, servirá para criar as condições à greve geral.

A crise econômica indica que será longa. Novos ataques virão: o ministro Paulo Guedes prepara o caminho para privatizar os Correios, Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica. A dívida pública parasitária continuará a barrar o desenvolvimento econômico e social. Nada indica que o processo de desindustrialização está chegando ao fim. A classe operária será ainda mais golpeada pelo desemprego industrial. Os pobres do campo se ressentirão mais profundamente, com o avanço da agroindústria e da concentração latifundiária da terra. É ilusória a sustentação da demarcação de terras indígenas, nas condições de desintegração do capitalismo, e de retrocesso geral das condições sociais da população. Tudo indica que a crise mundial, a guerra comercial e as tendências bélicas se agravarão, muito mais do que se pode imaginar.

As condições objetivas, como se constata, estão maduras para a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O que se realizará pela revolução proletária, sob um governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. Se se objetiva a soberania do país – a sua independência nacional diante do imperialismo saqueador –, então, esse é o programa a ser defendido. A via do reformismo há muito se esgotou, e se tornou conservadora e contrarrevolucionária. A estratégia de trocar Bolsonaro por outro governo burguês – provavelmente um governo de Lula – retarda e atravanca a luta do proletariado por sua emancipação, e pelo avanço das forças revolucionárias contra o capitalismo, e pelo socialismo.

Não à frente burguesa, que sacrifica as reivindicações dos explorados e engana as massas!

Sim à frente única classista, que une os explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações!

Lutemos pela independência política e organizativa da classe operária e demais trabalhadores!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

DÉCIMA OITAVA CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Aos trabalhadores e à juventude oprimida**Por que os explorados devem comparecer massivamente na manifestação de 2 de outubro**

28 de setembro de 2021

As manifestações de 24 de julho e 7 de setembro mostraram a diminuição do ímpeto inicial, de 29 de maio. O POR avalia que se deve à desconfiança de que o pedido de impeachment de Bolsonaro não progredia na Câmara dos Deputados, e que tudo se resumia à preparação antecipada das eleições presidenciais de 2022. Enfim, o movimento não tinha força para, nas ruas, derrubar o governo, e a bandeira do “Fora Bolsonaro” não mobilizava a classe operária. As reivindicações econômicas dos explorados compareciam apenas como enfeites à estratégia política do “Fora Bolsonaro”.

As centrais, sindicatos e movimentos serviram e servem de caixa de ressonância ao “Fora Bolsonaro”, segundo os objetivos institucionais, ou seja, o afastamento do presidente da República pelo impeachment, ou pelas eleições. Assim, não trabalharam pela unificação da classe operária e dos demais trabalhadores, em torno a um programa próprio de reivindicações, nas condições de crescente desemprego, subemprego, empobrecimento e miserabilidade de milhões de brasileiros.

A promessa das direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, de responder à crise econômica, ao desemprego e à fome, depois de retirar Bolsonaro do poder, não convence a classe operária e as camadas mais empobrecidas da população. Eis por que os sindicatos que estão mais próximos dos assalariados não se têm empenhado em organizar a participação massiva nas manifestações. Consequentemente, o movimento, iniciado no final de maio, se tem limitado a um contingente da pequena burguesia e, sobretudo, da juventude oprimida. A afluência das massas aos atos, portanto, não cresceu, e tendeu à diminuição.

O governo Bolsonaro e a sua maioria parlamentar viram que a frente sindical e política, constituída em torno ao PT e aos partidos aliados, não reunia capacidade para levantar a população em defesa do impeachment, embora a rejeição ao governo tenha aumentado visivelmente. Uma parte da oposição de centro-direita, por sua vez, avaliou que o movimento petista servia ao propósito do impeachment, mas que estava obrigado a ampliar a frente estruturada em maio. Por outro lado, a direção do PT chegou à conclusão de que não tinha como manter o monopólio da bandeira “Fora Bolsonaro e impeachment”. Havia, portanto, um interesse mútuo em ampliar as forças políticas, que estivessem dispostas a ir adiante com o “Fora Bolsonaro”.

A apresentação do Superpedido de Impeachment, no dia 30 de junho, e a participação de membros do PSDB na manifestação de 3 de julho, abriram um caminho para a ampliação da frente aos partidos oposicionistas de centro-direita. A maioria da direção da Campanha Nacional Fora Bolsonaro se colocou por não participar do ato convocado pelos opositores de cen-

tro-direita, no dia 12 de setembro. Isso por que os partidários do Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR) iriam levantar a bandeira de “Nem Bolsonaro, nem Lula”. Posições distintas tiveram o PCdoB, Solidariedade e respectivas centrais sindicais, que, não só prestigiaram o dia 12 de setembro, como passaram a utilizá-lo como medida prática para avançar no sentido da frente ampla. No denominado “Dia Internacional da Democracia”, 15 de setembro, a reunião de partidos, vinculados à Campanha Nacional Fora Bolsonaro, se pronunciou favorável a estender o movimento, tendo como condição apenas a de ser favorável ao impeachment de Bolsonaro. Os protestos de 2 de outubro ocorrerão sob a linha da frente ampla. E, no dia 15 de novembro, realizará uma nova manifestação, provavelmente organizada por todas as forças da oposição burguesa.

A promessa das direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, de responder à crise econômica, ao desemprego e à fome, depois de retirar Bolsonaro do poder, não convence a classe operária e as camadas mais empobrecidas da população.

O recuo de Bolsonaro, mediante uma “Carta à Nação”, orientada pelo ex-presidente golpista, Michel Temer, arrefeceu os ânimos no PSDB, que se declarou formalmente como oposição. A virada de uma posição de franca hostilidade a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para a de conciliação, logo após a enorme mobilização dos bolsonaristas, em 7 de setembro, consistiu em uma manobra imediatista e forçada, diante da possibilidade de potenciar o pedido de impeachment, e de facilitar a confluência da oposição de centro-direita com a de centro-esquerda.

O manifesto da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), pedindo a “pacificação”, foi atendido por Bolsonaro, ainda que contrariasse os bolsonaristas ultradireitistas e golpistas. A bandeira do capital financeiro de “pacificação” valeu e vale para a oposição burguesa como um todo. O que quer dizer, na prática, abrandar os choques no Congresso Nacional, em torno ao impeachment e aos conflitos entre o poder Executivo e Judiciário. Afinal, a crise política, caracterizada pelas divisões interburguesas, não deve prejudicar o andamento das contrarreformas, sendo uma delas a reforma administrativa, e das privatizações. Todas as desavenças podem muito bem ser encaminhadas para as eleições do próximo ano.

A dificuldade em estabelecer um campo de “pacificação” se encontra na crise econômica, que vem dilacerando as forças produtivas – entre elas a força de trabalho – e impulsionando

a miséria estrutural. Sobre essa base, se multiplicam as divergências e os embates, de como continuar favorecendo o grande capital e, ao mesmo tempo, de como dar passos no sentido do crescimento econômico, que não seja vegetativo. As contrarreformas trabalhista e previdenciária abriram algumas válvulas de escape, para manter os interesses do capital financeiro e monopolista, mas não serviram para desbloquear as forças produtivas. A Pandemia interrompeu o baixo crescimento, e provocou uma grande queda em 2020. A recuperação em 2021 mal cobrirá a derrocada do ano anterior, e a previsão é de um diminuto crescimento, e de continuidade da estagnação, nos próximos anos.

A sobrevivência de Bolsonaro depende de acatar as ordens ditadas pela Febraban. Mas, depende, principalmente, da manutenção da política de colaboração de classes da burocracia sindical e dos partidos, que caminham de mãos dadas no terreno aplainado pelo PT. A burguesia e o próprio governo Bolsonaro têm muito a agradecer às direções sindicais, pelo fato de terem fechado as portas dos sindicatos até quase o presente momento, ignorado as demissões em massa, e, ainda por cima, participado nos acordos virtuais de redução da jornada e salário.

O colaboracionismo é o combustível que mantém os sindicatos e movimentos subordinados à política eleitoral e parlamentar do reformismo contrarrevolucionário. A experiência demonstrou que a política reformista não tem como se materializar em reformas progressivas, nas condições do capitalismo em desintegração, e, por isso, uma vez no poder, se torna um fator de aprofundamento da crise do regime político. O impeachment de Dilma Rousseff representou o ponto alto da impotência do reformismo, diante do grande capital e das frações oligárquicas que controlam o Congresso Nacional. Mas, foi o processo sobre a corrupção, orquestrado pela Operação Lava Jato, e a condenação de Lula à prisão, que elevaram ao ápice a incapacidade do reformismo de se apoiar nas massas. O bom comportamento de Lula e do PT, e o apodrecimento prematuro do governo Bolsonaro, permitiram que o STF reconhecesse as arbitrariedades da camarilha de Sérgio Moro, que, para golpear o PT e Lula, teve de atingir setores do grande capital nacional, como foram os casos da Odebrecht e JBS. Sem dúvida, esse processo expôs as contradições da política burguesa.

A queda de popularidade eleitoral de Bolsonaro e a elevação da candidatura de Lula são elos da cadeia de contradições que conduzem à desestabilização do poder governamental e, assim, ao agravamento das disputas interburguesas. O que exige expor as suas raízes econômicas e de classes. A ultradireita pequeno-burguesa, que passou a ser denominada de bolsonarismo, chegou ao poder nas condições de derrocada do reformismo, e de desprezo pelas massas aos velhos partidos oligárquicos, cuja força eleitoral se mantém na esfera municí-

pal e estadual, onde podem manejar o poder econômico diretamente sobre a população local.

As dificuldades em afastar Bolsonaro, sem entregar a presidência a Lula, se tornaram, no momento, na principal contradição da política burguesa dominante. Ampliar ou não a frente, montada sob a bandeira do Fora Bolsonaro, é um dilema, que se originou desses choques de interesses eleitorais. Em torno a esse ou aquele alinhamento, emergem divergências, tanto nos partidos de centro-esquerda, quanto nos de centro-direita, bem como entre as correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo.

Depois das manifestações bolsonaristas, em 7 de setembro,

aumentou a aproximação entre os partidos que se declaravam e os que passaram a se declarar oposição, em relação à bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Essa frente ampla, por enquanto em discussão, pode tomar uma forma mais nítida nas manifestações de 15 de novembro. É o que desejam o PDT, PSB, Solidariedade e PCdoB, principalmente. A exigência é de que haja um comando unificado, e de que todos estejam pelo impeachment.

Enquanto Lula estiver na dianteira, podendo derrotar Bolsonaro ainda no primeiro turno, como indicam as pesquisas, o impeachment não é um bom negócio para o PT. O bloco de centro-direita ainda precisa resolver se haverá um candidato capaz de potencializar a “terceira via”. Se a CPI do Covid conseguir levar Bolsonaro para o canto da parede,

e obter uma grande maioria para afastá-lo da presidência, a frente montada pelo PT pode perder o protagonismo, e ceder lugar ao um movimento eleitoral de centro-direita. Essa movimentação entre as frações da oposição burguesa se encontra em andamento, e está condicionada a cálculos eleitorais. A possibilidade de se formalizar a frente ampla pelo impeachment depende das pressões da crise política e do arranjo que se faça no interior dos blocos oposicionistas. A esse jogo típico da politicagem burguesa, se reduziu a bandeira do “Fora Bolsonaro”.

Desgraçadamente, as esquerdas que se reivindicam do socialismo seguem as trilhas abertas pelos reformistas, cujo ponto de chegada são as eleições presidenciais. As manifestações de 2 de outubro indicarão até que ponto as direções sindicais e políticas irão adiante, com a frente ampla de oposição burguesa, apontada para 15 de novembro.

Por que então convocar a classe operária e os demais trabalhadores para avolumarem os atos nacionais? Porque permanece a luta pela independência do movimento, diante da estratégia burguesa de substituir o governo Bolsonaro por outro governo burguês, sob a farsa de que essa é a condição para colocar o país na rota do crescimento, da volta dos empregos e da proteção social à maioria oprimida. A defesa da independência política e organizativa dos explorados se materializa na luta por um programa de reivindicações e pela estratégia

As dificuldades em afastar Bolsonaro, sem entregar a presidência a Lula, se tornaram, no momento, na principal contradição da política burguesa dominante. Ampliar ou não a frente, montada sob a bandeira do Fora Bolsonaro, é um dilema, que se originou desses choques de interesses eleitorais. Em torno a esse ou aquele alinhamento, emergem divergências, tanto nos partidos de centro-esquerda, quanto nos de centro-direita, bem como entre as correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo.

própria de poder do proletariado. Porque é preciso unir empregados e desempregados em um só combate pelos postos de trabalho. Porque é necessário se valer das manifestações, para levantar as bandeiras que de fato defendem a vida dos explorados. Porque a Pandemia continua ceifando a vida de milhares de brasileiros, e que logo mais atingirá a marca de 600 mil mortos, sem que a vacinação se acelere, e cubra todo o território nacional.

O POR continua chamando as correntes de esquerda para que rompam com a estratégia burguesa de substituir um governo burguês por outro, para que rechacem a frente ampla com os partidos burgueses de centro-direita, e para que se coloquem por uma frente única dos explorados, sob a direção política da classe operária.

O POR tem feito uma campanha para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de uma Carta de reivindicações, discutida e aprovada em assembleias sindicais e populares presenciais, a ser dirigida como exigência de cumprimento ao governo Bolsonaro, governadores e patronato.

Por ser uma luta classista, enfrentará dura resistência da parte de todas as forças burguesas; por isso, terá de ser o ponto de partida para a preparação das condições da greve geral.

Os trabalhadores e a juventude oprimida devem enfileirar-se em torno às bandeiras levantadas pelo POR e pela Frente Classista e Combativa. Na base do programa de reivindicações, está a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Não à frente burguesa que sacrifica as reivindicações dos explorados e engana as massas!

Sim à frente única classista, que une os explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações!

Lutemos pela independência política e organizativa da classe operária e dos demais trabalhadores!

7º Congresso do PSOL

Renúncia à decisão sobre a candidatura própria

A “Resolução sobre conjuntura nacional e tática” se caracteriza, em geral, por abstrair as classes sociais e, portanto, desconhecer a luta de classes. Não diz uma palavra sobre o movimento operário, o fechamento de fábricas, as demissões em massa, as greves, as diretrizes das direções sindicais neste período de Pandemia, a aplicação da MP 936, a implantação da contrarreforma trabalhista, o avanço da terceirização, a consolidação da flexibilização capitalista do trabalho, a redução do valor da força de trabalho e as campanhas salariais dos metalúrgicos. É como se a classe operária, o movimento sindical e a luta de classes não existissem.

O objetivo da Resolução se concentrou em se preparar para as futuras eleições presidenciais e em definir a tática em torno ao movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment.” Sendo assim, a direção majoritária do PSOL, que funciona como uma federação amorfa de correntes, pôde manejar um rol de pseudos explicações sobre a crise política, os conceitos de direita, extrema-direita, esquerda, democracia e crise estrutural do sistema do capital. Os floreios sociológicos e a descrição de fatos econômicos, sociais e políticos da primeira parte da Resolução formam a antessala da conclusão de que, depois de tantas dificuldades (o redator oculta a política de conciliação de classes das direções) a oposição alcançou “um patamar de unidade superior em torno da defesa do impeachment”. Fase em que “foi possível estabelecer uma frente única dos movimentos sociais e partidos através do espaço da campanha Fora Bolsonaro”. Como se estivesse contando uma historietinha, o redator conclui: “A partir daí está sendo promovida uma jornada permanente de atos

e manifestações que tendem a se ampliar para mais setores da sociedade ainda em 2020.”

Em tom de entusiasmo, o raciocínio da Resolução procura levar o leitor a admitir que houve um desenvolvimento tal do curso das manifestações, iniciadas em 29 de maio, que naturalmente “(...) tornou possível um novo pedido de impeachment, numa iniciativa mais ampla em unidade até com setores da direita e amplo apoio de movimentos sociais, entidades democráticas, intelectuais e artistas”.

Em resumo, “a evolução da oposição de esquerda e a resistência social” passaram pela fase da pré-pandemia em 2019, “desorientação geral na fase inicial da pandemia, agravada com o isolamento social que inviabilizava uma retomada da disputa das ruas diante da condução criminosa de Bolsonaro no combate à pandemia”. Em meados de 2020, a oposição reagiu em defesa de medidas de isolamento e emergenciais, bem como protocolou um pedido de impeachment. Daí, se passa para a terceira fase, que é a das mobilizações e unificação do pedido de impeachment com a direita (“Superpedido”). E, finalmente, para a possibilidade de constituir a frente ampla, incluindo a oposição de centro-direita. A “unidade superior pelo impeachment” vai se tornar ainda mais “superior”, o PSDB, PSD e setores do DEM e MDB se se incorporarem aos atos.

Um segundo ponto essencial da Resolução é a demonstração de que “a recuperação dos direitos políticos de Lula em março de 2021 representou uma tremenda derrota para Bolsonaro, animou a oposição de maneira geral e significou uma mudança qualitativa no tabuleiro político (...)”.

Dois, portanto, são os objetivos estabelecidos pelo 7º Congresso do PSOL: 1) potencializar a bandeira do impeachment, por meio de uma frente ampla; 2) preparar-se para a disputa eleitoral, por meio do apoio à candidatura de Lula. Esse segundo objetivo está implícito, não foi necessário nomear Lula, que se acha no auge da popularidade eleitoral. A Resolução sobre eleições de 2022 aprovada define que “(...) o PSOL neste momento não apresentará uma pré-candidatura para a disputa presidencial”, e que sua “prioridade, em nível nacional, deve ser a construção da unidade entre os setores populares para assegurar a derrota da extrema-direita”. E autoriza a Executiva Nacional “a iniciar diálogos formais para a construção de uma frente eleitoral de esquerda (...)”.

Esse ideário do reformismo pequeno-burguês é uma das heranças que o PSOL carrega do PT, de onde se originou. Do ponto de vista prático, os petistas e aliados (PCdoB, etc.) acabam de arrastar o PSOL para a frente estratégica com os partidos de centro-direita pelo impeachment e pela substituição de um governo burguês por outro.

Não é o caso de expor e criticar o palavreado sobre “superção dos projetos puramente desenvolvimentistas”, “revoação de medidas e contrarreformas”, “retomada dos direitos trabalhistas”, “radicalização da democracia”, “nova hegemonia das classes populares” e “socialismo democrático e libertário”. Esse ideário do reformismo pequeno-burguês é uma das heranças que o PSOL carrega do PT, de onde se originou. Do ponto de vista prático, os petistas e aliados (PCdoB, etc.) acabam de arrastar o PSOL para a frente estratégica com os partidos de centro-direita pelo impeachment e pela substituição de um governo burguês por outro.

A crítica do PSTU à Resolução do 7º Congresso do PSOL

O PSTU publicou o artigo “Os caminhos do PSOL após o seu 7º Congresso”. Considera que está em curso “um salto de qualidade neste partido”. Isso porque “(...) a maioria do Congresso aplana o caminho para que o partido apoie a candidatura de Lula já no primeiro turno das eleições presidenciais do ano que vem”. Em particular, critica Valério Arcari, da corrente Resistência, interna ao PSOL, que surgiu de uma cisão

7º Congresso do PSOL

no próprio PSTU, pelo argumento de que “diante da ameaça bolsonarista, todas as táticas eleitorais são válidas para derrotá-lo”. Diz o PSTU que Valério “confunde a necessidade real da unidade de ação nas ruas com a unidade eleitoral com qualquer um, a maioria da direção do PSOL caminha a passos largos para compor uma frente com a grande burguesia”.

Em resumo, a crítica ao 7º Congresso do PSOL se limita à decisão de não definir uma candidatura própria, e colocar-se por detrás da candidatura de Lula. Essa crítica, que nos parece justa, no entanto, vem acompanhada de uma concordância, que é a da constituição da frente ampla com os partidos burgueses de centro-direita. O PSTU se coloca no mesmo campo tático do PT, PCdoB, PSOL, Solidariedade, etc., quanto à ampliação da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. Entende que se trata de unir toda a oposição ao governo ultradireitista. E de se separar dela e da própria frente que apoia Lula, para constituir outra frente de esquerda eleitoral. Seria assim, na prática: no palanque do “Fora Bolsonaro” estariam Lula (PT), Ciro Gomes (PDT), Doria (PSDB), Mandetta (DEM), Vera (PSTU), etc. Em contrapartida, no palanque eleitoral, Lula estaria de um lado, os demais candidatos de outro, e os partidos de esquerda com a sua candidatura. Esse esquema tático oculta que a frente ampla pela destituição de Bolsonaro é estratégica. Isso, por que fatalmente o resultado será a substituição de um governo burguês – o de ultradireita de Bolsonaro – por outro governo burguês, que provavelmente será o de Lula.

O PSTU, com sua esperteza tática, se esquece de seu próprio passado. Sempre votou em Lula, no segundo turno. A última peripécia foi apoiar Fernando Haddad, no segundo turno, com o argumento de que se tratava de derrotar o candidato da ultradireita. Se esse histórico prevalecer – o que é quase certo –, o PSTU apoiará Lula, no segundo turno. Aí está exposta a tática eleitoral do oportunismo. Outro lado da medalha é que o PSTU quer que sua militância acredite que a tática da frente ampla para retirar Bolsonaro pelo impeachment está destituída de uma estratégia burguesa, ditada pelo PT e seus aliados.

O PSTU, hoje, dirige uma fração da burocracia sindical, que tem praticado a política de colaboração de classes. Eis por que vem negando-se a defender um programa próprio dos explorados nas manifestações, e a constituição de uma fração classista de luta pela independência de classe. Não será, portanto, se opondo a uma frente pela candidatura de Lula, que ocultará sua adaptação à democracia burguesa e ao sindicalismo burocrático. A crítica do PSTU ao 7º Congresso do PSOL e, em especial, à corrente Resistência, é claramente antimarxista.

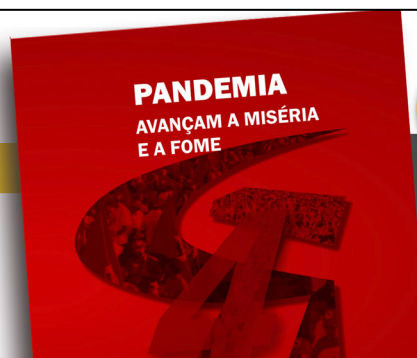
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Balanço parcial da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e São José dos Campos

Esse balanço resumido é parcial, porque vários grupos patronais ainda resistem em fechar um acordo sobre a base do reajuste pelo INPC de 10,42%. Tanto o sindicato do ABC (CUT), quanto de São José dos Campos (CSP-Conlutas), concluíram as negociações com a maior parte dos grupos, entre 10,42% e 10,5%. A quase totalidade se limitou a 10,42%. Os grupos que resistem à reposição propõem um índice abaixo da inflação (INPC), e pleiteiam o seu parcelamento. Ambos os sindicatos prometeram um aviso de greve. Não sabemos ainda qual será o resultado. Mas, tudo indica que os metalúrgicos subordinados ao acordo desses grupos acabarão sem o reajuste de 10,42%.

Vemos que a campanha salarial está praticamente encerrada. As direções sindicais do ABC e São José dos Campos avaliaram como muito positivo o resultado, e elogiaram a campanha, como se fosse expressão de uma luta acirrada contra uma resistência geral do patronato em repor as perdas do período. Esse vergonhoso autoelogio acoberta as perdas acumuladas e as reduções salariais, impostas desde as multinacionais. A essência do balanço está em que as direções sindicais da CUT e CSP-Conlutas estiveram unidas, no sentido de não travar a luta pelas perdas acumuladas e por aumento real. Eis por que não houve nenhum empenho das direções em demonstrar o quanto de perda salarial tem ocorrido, anos a fio. Eis por que as direções não prepararam a luta unificada dos metalúrgicos, para reverter perdas e impor um aumento real. Não pode haver dúvida de que a obtenção da reposição do INPC resultou em uma campanha fracassada e, portanto, em uma derrota sem luta dos operários.

O problema não pára por aí. Os dois sindicatos enaltecem a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Neste caso, também, se ocultam as medidas de flexibilização capitalista do trabalho, que têm destruído antigos direitos trabalhistas. A naturalização do PDV, PLR, Lay-off, Banco de Horas, e da própria terceirização, praticamente desarmou a luta operária pela defesa geral da força de trabalho. A demagogia da direção do sindicato de São José dos Campos é tão descarada que, nessas condições, exalta o acordo particular com a Caca Chery e a Avibras, que aceitaram incluir no acordo de “direito à licença remun-

rada”, no caso da mulher operária “sofrer violência doméstica”.

Ao contrário, essa campanha salarial poderia resultar em um balanço geral das perdas salariais, e da quebra de direitos ocorridos no último período. E assim aprovar, na assembleia geral de ambos os sindicatos, uma plataforma de reivindicações que correspondesse às necessidades vitais dos metalúrgicos e, portanto, do conjunto da classe operária.

Durante anos seguidos, o grande capital vem impondo retrocessos inimagináveis às antigas conquistas trabalhistas do proletariado. E isso, graças à colaboração de classes, que se instalou na maioria dos sindicatos. Não por acaso, Temer conseguiu impor a reforma trabalhista, e Bolsonaro, a reforma previdenciária, é bem possível que consiga também impor a reforma administrativa. Não se podem desvincular as campanhas salariais do quadro geral de liquidação de importantes direitos trabalhistas, que mesmo limitadamente protegiam a força de trabalho.

Por último, é preciso denunciar o método burocrático e pró-patronal impresso nas campanhas salariais pelas direções colaboracionistas. Não se têm, de fato, campanhas salariais. O que se têm são acordos realizados por grupos empresariais, e mesmo por fábrica. Esse método se contrapõe ao método próprio da classe operária, que consiste em unificar suas forças, sobre a base de reivindicações comuns. No primeiro caso, a greve é descartada de início, e as negociações a portas fechadas com cada grupo são levadas a cabo. No segundo caso, unem-se os operários, preparando-se para a greve, se o patronato se negar a atender as reivindicações. No primeiro caso, não se convocam as assembleias gerais. No segundo caso, as assembleias gerais, não só são convocadas, como conduzem soberanamente o curso da luta. O método de organização coletiva e a democracia operária decidem se a campanha salarial é classista ou pró-patronal. Basta que se verifique como foi realizada a campanha no ABC e São José dos Campos para se constatar que os metalúrgicos não puderam se valer de sua capacidade de luta, devido à traição das direções de ambos os sindicatos.

Na sequência, publicamos o último Boletim Nossa Classe dedicado, principalmente, à campanha salarial.

Boletim Nossa Classe-18 de setembro / Política Operária

Unir a classe operária em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas

O custo de vida sobe, e os salários descem. A inflação medida pelo INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor) é de 10,42%. O arroz subiu 33%, e o feijão, 18%. O óleo de soja, 68%; as carnes, 31%. O gás de cozinha aumentou quase 30%. Se os preços dos remédios eram proibitivos para boa parte da população, com os aumentos, se tornaram impossíveis para um número maior de trabalhadores. A gasolina e o diesel estão nas alturas. Uma cesta-básica mixuruca custa R\$ 664,67. Portanto, consome mais da metade do salário mínimo, que é de R\$ 1.100,00. O Dieese calcula que o valor do salário mínimo, para cobrir todas as despesas de

uma família de 4 pessoas, deveria ser de R\$ 5.583,90.

O que temos, no entanto, são os preços aumentando rapidamente, sem que os salários sejam reajustados. O problema não fica nisso: 14,8 milhões de trabalhadores não acham emprego. E 34,7 milhões sobrevivem na informalidade, isto é, não têm salário fixo e não têm carteira assinada. Com a Pandemia, os patrões aproveitaram para demitir, reduzir os salários e quebrar direitos.

Ou a classe operária se une e luta pelo aumento dos salários, pelos empregos e pelos direitos, ou terá de suportar o

peso maior da pobreza, miséria e fome. Aí entra a responsabilidade das direções sindicais. Ou essas direções continuam colaborando com os capitalistas exploradores, ou colocam nossos sindicatos para unir a classe operária em defesa das reivindicações.

O Boletim Nossa Classe defende a união e a luta. Exige que as centrais e sindicatos iniciem imediatamente um movimento: 1) pelo

aumento geral dos salários, por um salário mínimo que atenda todas as necessidades da família trabalhadora, e reajuste automático de acordo com a alta da inflação; 2) pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, para assim abrir milhões de postos de trabalho, fim da terceirização, efetivação de todos os terceirizados, e estabilidade no emprego; 3) pela derrubada das reformas trabalhista e previdenciária, que eliminaram antigos direitos trabalhistas.

Campanha salarial dos metalúrgicos

Se continuar assim, não teremos aumento salarial e não garantiremos os empregos

Depois de um mês do início da campanha salarial, as direções sindicais vêm realizando as fajutas assembleias por fábrica, para apresentar um balanço das “negociações”. Repetem a mesma ladainha de anos anteriores: os patrões estão inflexíveis, querem parcelar o INPC, recusam-se a conceder um aumento real, falam em rebaixar o teto e o piso salariais, e não estão dispostos a renovar a Convenção Coletiva. É preciso que as direções sindicais mudem imediatamente o norte da campanha salarial, organizando um movimento unificado, e disposto a ir à greve, se o patronato continuar a rejeitar nossas reivindicações.

No ABC, a chapa “Opção Democrática” apresenta aos companheiros e companheiras da Volks a seguinte proposta sobre como deve ser organizada a campanha salarial:

- 1) A Chapa “Opção Democrática” considera que a direção do sindicato comete um grave erro ao dividir os metalúrgicos do ABC em vários grupos (montadoras, autopeças, fundição, grupos 9, 10 etc.) na campanha salarial. A divisão enfraquece a luta em defesa dos salários, empregos e direitos;
- 2) Defendemos uma campanha salarial unificada, com pauta de reivindicações e plano de luta unificados;
- 3) Que sejam aprovados, na assembleia geral que define a pauta, os valores e o índice (de reposição da inflação +

aumento real dos salários), a serem reivindicados aos patrões. Atualmente, ao contrário, a direção vai para a negociação sem proposta dos trabalhadores, e traz a proposta apresentada pelos patrões;

- 4) Que o piso salarial – o salário mínimo dos metalúrgicos do ABC – seja suficiente para manter as necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor do salário mínimo deve ser de R\$ 5.583,90. Sabemos que esse valor é ainda insuficiente, mas o valor do piso salarial deve ser calculado, definido e aprovado pelos próprios trabalhadores, nas assembleias presenciais;
- 5) Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores;
- 6) Renovação de todas as cláusulas sociais, segundo as necessidades dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe apóia essas propostas da chapa “Opção Democrática”, de oposição à direção do Sindicato Metalúrgico. Convoca os trabalhadores a discutirem nas fábricas e a tomarem uma posição favorável em defesa de uma verdadeira campanha salarial de luta. Para que seja de luta, é preciso que o sindicato convoque assembleia geral presencial, e unifique os metalúrgicos em um só movimento de defesa das reivindicações comuns.

RECAP chantageia os operários

A Refinaria de Capuava ameaçou a troca da escala dos operários. Quer reduzir o número de dias de folga. Para isso, a empresa faz uma chantagem. Que os operários assinem um termo para abrirem mão dos valores que têm a receber de um processo trabalhista contra a empresa. O patrão joga com a divisão da classe, pois, uma parcela de operários não tem valores a receber, porque vieram de outras localidades. O sindicato entrou com ação judicial e conseguiu uma liminar que impede a mudança.

O Boletim Nossa Classe denuncia a jogada da empresa, que

procura enganar os operários. Nossa luta é para aumentar os direitos, e não para diminuir. O direito aos dias de folga é sagrado. E o direito de receber os valores do processo trabalhista também é sagrado. Está claro que não podemos aceitar a chantagem patronal. O Boletim Nossa Classe alerta que até a decisão liminar da justiça pode ser revogada ou descumprida. Temos de exigir do sindicato que prepare a greve, se for necessário. Os operários devem confiar somente na sua força de luta coletiva, a única que pode garantir de fato as reivindicações.

Trabalhadores do setor pneumático saíram descontentes da campanha salarial Lutemos contra a divisão patronal, que separa operários efetivos dos operários terceirizados

O setor das pneumáticas já fechou os acordos. O reajuste de 8,90%, dado no mês de junho, já teve uma parte corroída pela inflação de setembro. Portanto, o resultado não agradou, nem os operários efetivos, nem os terceirizados. Isso porque o reajuste não cobriu a alta do custo de vida. E o piso salarial permaneceu muito baixo, principalmente para os trabalhadores terceirizados, sendo que uma boa parte recebe R\$ 1.534,00. O reajuste do ticket

refeição ou alimentação das terceirizadas ficou muito aquém das necessidades. Os patrões das terceirizadas também jogaram com o PLR, que é uma forma de não dar aumento real dos salários.

Ocorre que o sindicato dos borracheiros, Sintrabor, fez a campanha salarial dividida por fábricas. Como fez uma campanha salarial dividida, os valores das PLRs e algumas medidas de condições de trabalho não atingem a todos. Sem uma campanha

salarial unificada, não foi possível aos trabalhadores usarem de sua capacidade de luta, para impor aos patrões suas reivindicações. A situação é tão calamitosa, que alguns setores das terceirizadas, como a marmoraria e granito, estão cumprindo agora os acordos do ano passado. O que também pode acontecer com o acordo desse ano.

As diretorias dos sindicatos da CUT e da Força Sindical fazem uma apologia de que ganhamos nos acordos coletivos, que somos vitoriosos, mas as notícias que eles mesmos apresentam do aumento do custo de vida, do custo da cesta básica, coloca por água abaixo essa mentira.

As campanhas salariais deste ano têm muita importância,

porque a inflação explodiu e os salários estão sendo rapidamente corroídos. Além disso, os pisos salariais estão muito baixos e comprimidos. A terceirização tem servido para aumentar a exploração do trabalho, e generalizar o rebaixamento salarial. No setor das pneumáticas, esse ataque aos salários retrata muito bem a gravidade da situação.

O Boletim Nossa Classe tem lutado para que as campanhas salariais sejam unificadas, que as direções sindicais convoquem as assembleias gerais, para que os operários possam dizer o que pensam e aprovar as propostas de luta. Os trabalhadores efetivos e os terceirizados são uma só classe, por isso, devem fazer parte de uma mesma campanha salarial.

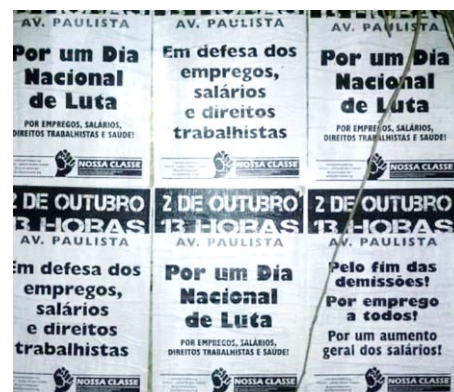
Campanha do Boletim Nossa Classe

Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios

A alta do custo de vida, as demissões, o desemprego e o subemprego, bem como a continuidade da Pandemia, exigem que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, paralisando as fábricas, transporte, comércio e serviços. Esse dia deve ser para defender uma Carta de Reivindicações, de proteção dos salários, empregos, direitos e da saúde pública do trabalhador. Para combater o avanço da pobreza, miséria e fome, é preciso um grande movimento

nacional e unitário da classe operária e demais explorados, um movimento que unifique empregados e desempregados, efetivos e terceirizados. No dia 2 de outubro, ocorrerá uma nova manifestação da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem assembleias presenciais, para organizar a participação da classe operária. E que lancem uma Carta de Reivindicações, a ser apresentada aos governantes e ao patronato, em um Dia Nacional de Luta.



Ceará

Boletim Nossa Classe – setembro

O Boletim convoca os operários para as manifestações do dia 2 de outubro, sob o título: Abaixo a Frente Ampla com os inimigos dos trabalhadores! Por um Dia Nacional de Luta classista, com paralisações e bloqueios! Critica, assim, o fato de os organizadores pretenderem uma “frente ampla” com os inimigos dos trabalhadores, e se recusarem a convocar um verdadeiro dia de luta, contra a alta do custo de vida, as demissões, o desemprego, o subemprego, a destruição de direitos, as privatizações e as malditas contrarreformas de Bolsonaro. Diz que esse dia deve ser para defender uma Carta de Reivindicações, de proteção dos salários, empregos, direitos e da saúde pública do trabalhador. Para combater o avanço da pobreza, miséria e fome, é preciso um grande movimento nacional e unitário da classe operária e demais

explorados, um movimento que unifique empregados e desempregados, efetivos e terceirizados.

O Boletim denuncia as manobras entre governo, empresários e parlamentares, para impor a Medida Provisória 1045. Mostra que pretendiam usar a MP 1045, que cortava jornada e salário, para impor contrato de trabalho sem carteira, portanto, sem 13º, férias e FGTS. Diz que a derrubada no Senado não significa que foi definitivamente eliminada. Ao contrário do que dizem os dirigentes sindicais, a rejeição não se deveu à luta dos trabalhadores, com paralisações e manifestações de rua. Mas, ao fato de ter incluído mudanças que alteravam a MP original, que deveria ser a continuidade da MP 936, e não porque estivessem preocupados em proteger a força de trabalho. Conclui ressaltando: a classe operária tem de confiar em suas próprias for-

ças, e exigir que a CUT e movimentos rompam com a paralisação, e organizem a luta nacional em defesa dos direitos trabalhistas.

Levantou também a pergunta: Por que precisamos lutar pelo fim do capitalismo? Responde: a economia mundial capitalista, baseada na grande propriedade privada burguesa e na exploração do trabalho assalariado e no lucro, tem levado a humanidade à catástrofe da fome, do desemprego estrutural e do parasitismo financeiro. Portanto, à barbárie social. Eis aí por que é preciso destruir a propriedade privada dos meios de produção, e impor a propriedade social. O que significa destruir o capitalismo, por meio da revolução socialista, expropriar a grande burguesia, estatizar as fábricas, agronegócio, transportes e comércio. Ou seja, destruir o capitalismo e implantar o socialismo.

Boletim – O Proletário – setembro

O Boletim é dirigido aos explorados, moradores dos bairros operários. Destacou que a crise hídrica e energética vem castigando o Brasil. E é descarregada sobre a maioria oprimida, que terá de arcar com altas taxas de energia elétrica. Diz que não é de hoje que o país vive uma crise energética, que se agravou com o governo Bolsonaro. Mostra que os governos burgueses são incapazes de resolver esse problema, porque estão submetidos à agiotagem do pagamento de juros da trilionária dívida pública. E, sem romper com o pagamento da dívida, que sustenta os banqueiros e financistas, não será possível resolver a crise energética.

O Boletim também responsabiliza o prefeito, pelo lixo que se acumula nos bairros pobres, a exemplo da Quadra 5 do Aracapé. Denuncia que a prefeitura tem recursos para cuidar

da limpeza da Beira Mar, Aldeota, Meirelles, mas não tem dinheiro para o saneamento básico dos bairros operários. Defende a organização dos moradores, para exigir, da prefeitura, as melhorias necessárias, única forma de proteger a saúde da população pobre.

Por fim, mostra como é possível lutar contra os ataques de Bolsonaro e demais governantes. Destaca as contrarreformas (trabalhista, previdência, administrativa, o salário mínimo de fome, o desemprego, a fome e as milhares de mortes com a Pandemia), e defende que as direções sindicais e populares organizem os explorados, convocando para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Conclui que os ataques dos governos e dos capitalistas têm de ser derrubados com a mobilização dos trabalhadores e demais oprimidos.

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação

O Boletim denuncia as direções sindicais, por não terem preparado a volta ao trabalho, no momento em que a governadora petista impõe o retorno presencial nas escolas. Ressalta que é preciso urgentemente pressionar a direção do SINTE, para convocar a assembleia presencial, mediante o anúncio de retorno dos professores no dia 4 de outubro. Sem a organização dos trabalhadores da Educação, pais e estudantes, o retorno ocorrerá por decisão individual ou por escolas. Diz que, depois de um ano e meio de Pandemia, o governo estadual e as prefeituras não foram capazes de preparar as escolas para o retorno presencial, o que implicaria em contratação de mais professores, ASGs, reformas das escolas e construção de outras, etc. Aproveitaram um ano e meio de pandemia, para cortar gastos na Educação pública, precarizando ainda mais as condições de trabalho e ensino. Conclui, ressaltando que é preciso que a direção do SINTE saia dos meios virtuais, e organize as assembleias presenciais, para construir a luta em torno de uma plataforma de reivindicações, que defenda: 1) Nada de ensino híbrido! Redução da quantidade de alunos por sala (não mais que 20 alunos), com a contratação de mais professores para atender às turmas; 2) Reabertura imediata das salas e turnos fechados, e construção de novas escolas; 3) Construção e ampliação dos laboratórios de informática; 4) Plano de reforma nas escolas e compra

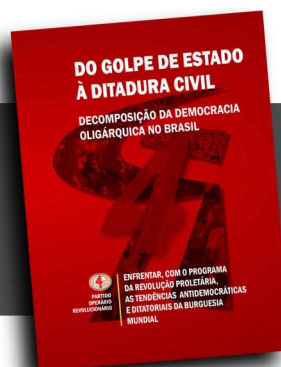
de materiais para garantir as condições mínimas de proteção sanitária; 5) Contratação direta (nada de terceirizadas) de mais ASGs, para a limpeza e desinfecção periódica dos espaços.

O Boletim continua com a campanha contra a perseguição de Severino Belísio, que ganhou a causa na justiça de retorno ao cargo de supervisor, mas não teve seus direitos garantidos. É necessário, portanto, organizar a luta em defesa dos direitos de Severino, como parte da luta dos trabalhadores em Educação, em defesa de seus direitos, salários e condições de trabalho.

Também diz que os funcionários de São Gonçalo do Amaranto continuam recebendo, em seu contracheque, como não efetivos, e que o Fórum dos Servidores Municipais chamou um ato na prefeitura, com a pauta dos funcionários aposentados, pecuniária e dos supervisores de 40h. No entanto, as direções continuam insistindo na mobilização pelas redes sociais. E o resultado foi a pouca presença e a marcação de uma audiência com o prefeito. Esse caminho leva à derrota. É preciso que o Fórum convoque as assembleias presenciais, para organizar um verdadeiro movimento contra os ataques dos governantes.

Por fim, o Boletim faz um chamado para a manifestação de 2 de outubro, por meio da bandeira: Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

São Paulo

Avança o fechamento de escola em São Bernardo

Não bastasse a imposição do Programa de Ensino Integral em diversas escolas da rede estadual, que tem levado ao fechamento de salas e turnos, o governo de São Paulo avança com o fechamento de escolas. Em São Bernardo, houve o anúncio do fechamento de duas escolas: a EE Tito Lima, no bairro Estoril, e a EE Pedra de Carvalho, no Jardim Vera Cruz. Trata-se da aplicação da reorganização escolar, planejada em 2015. Não é casual que a EE Tito Lima estava prevista para ser fechada na lista divulgada naquele ano.

Na EE Pedra de Carvalho, a surpresa foi ainda maior, uma vez que não há outras escolas na região fabril, de forma que a comunidade escolar será jogada em instituições distantes, dificultando o acesso, e superlotando outras escolas. Os governantes tentam os pais e estudantes, dizendo que não se trata de um fechamento, tendo em vista que o prédio receberá uma escola municipal. O fato é que a escola estadual, que atende em dois turnos, Ensino Fundamental e Ensino Médio, será fechada.

Em resposta à decisão do governo Doria, por meio da Dirigente de Ensino de São Bernardo do Campo, no dia 22, ocorreu um

ato público em frente à EE Pedra de Carvalho, com a participação de estudantes, professores, familiares e parlamentares. A subsele da Apeoesp de São Bernardo do Campo e a Associação Regional dos Estudantes Secundaristas (ARES) estiveram presentes. Também marcaram presença o PSOL, UJC/PCB e POR.

O POR interveio, denunciando que, junto à implementação das escolas de tempo integral, esse ataque levará a expulsão de estudantes; demissão de professores; e superlotação de outras escolas. Defendeu a continuidade das atividades presenciais e coletivas, para se contrapor à retaliação da dirigente de ensino, e para que se dê uma resposta à altura, o que pode incluir a ocupação da escola. Durante o ato, ao distribuir o Boletim Juventude em Luta, deparamo-nos com um comentário de um estudante: finalmente um panfleto falando de emprego.

Apesar de o ato ter demonstrado a disposição de luta da comunidade em resistir ao ataque, a direção do movimento, ligada ao PSOL, buscou amortecer o instinto de revolta, desviando a luta para o mundo virtual e judicial, indicando o caminho da derrota.

Paraná

Comitê Unificado burocratizado reforça eleitoralismo

No sábado, 25 de setembro, realizou-se uma plenária virtual do Comitê Unificado de Londrina, que, semanas antes, fora dissolvido. Não sabemos se houve algum balanço das razões que levaram à dissolução anterior, mas a coordenação desse Comitê informou – após questionarmos – que a reorganização teria ocorrido numa reunião na mesma semana.

A plenária foi convocada pela internet, com o argumento de que “... se está vivendo um dos piores momentos da história do nosso país. [...]”, e consequentemente “Temos a tarefa histórica de derrubar este governo neofascista e defender o nosso projeto de país”. Como se vê, embora até façam referência à fome, ao desemprego e às privatizações, estas entram como recheio retórico, para justificar o “Fora Bolsonaro”, e ainda se referem a um suposto “projeto de país”, projeto que não é qualificado, mas, que dada à composição desse comitê (PSOL, PT, PCdoB, PCB e congêneres), só pode ser um projeto democrático-burguês.

O método da “plenária”, no entanto, não permitiu o debate, acerca da orientação das mobilizações em geral, nem do ato programado para o dia 2 de outubro. Escalaram para palestrar uma dirigente da UNE, que defende a universidade popular e outro do MST do Paraná, que foi um baluarte na

contenção do movimento camponês, durante o governo burguês do PT, e a quem o dirigente qualificou de “irmão” do MST. Na sequência, a coordenação já passou diretamente à separação dos participantes nos grupos das comissões.

Ainda durante a sessão das palestras, questionamos o caráter eleitoral das manifestações, até agora realizadas na

cidade, e defendemos a necessidade de um grande movimento unificado, mas, em torno às reivindicações das massas, em defesa dos salários, empregos e direitos, para enfrentar as contrarreformas, a fome e o desemprego. Defendemos que os sindicatos organizem os operários e trabalhadores, realizando assembleias presenciais, para organizar a participação física destes nas manifestações por aquelas bandeiras e, principalmente, não limitar as manifestações ao seu ca-

ráter festivo, que até agora têm tido.

Em princípio, ignoraram os nossos questionamentos e prosseguiram ouvindo os dirigentes da UNE e do MST, ambos desenvolvendo uma linha francamente eleitoralista. Diante do rolo compressor com que conduziram a “plenária”, questionamos qual seria o espaço em que haveria um debate sobre a orientação do ato, uma vez que nós divergimos quanto ao caráter desses atos. O coordenador do PSOL, então, teve de

***O “Fora Bolsonaro”
materializa o caráter eleitoral,
ou seja, a limitação da luta que
reformistas e centristas postulam
nos quadros da legalidade
burguesa, à continuidade da
ditadura de classe da burguesia,
continuidade da opressão social e
nacional.***

responder que aquelas manifestações não eram eleitoreiras, porque: 1) não estávamos em período eleitoral; 2) não chamava ao voto no Lula; 3) que sempre teriam reivindicado a bandeira de “vacina no braço, comida no prato, e Fora Bolsonaro”; e a chamada do ato do dia 2 de outubro estava fechada nacionalmente. Segundo este dirigente do PSOL, estas consignas demonstrariam que não era um movimento eleitoreiro.

Quanto à necessidade de debater a orientação dos atos “unificados”, outra coordenadora se dispôs a conversar em separado, fora do âmbito coletivo – como uma grande concessão – em outro momento, de modo que a linha já definida não será alterada. Informaram que será redigida uma Carta de Princípios, que fatalmente colocará uma fronteira, para excluir quem não concorde com a orientação democratizante. Para coroar, anunciaram que já foi elaborado um panfleto de convocação, que começou a ser distribuído, acerca do qual tampouco poderá se opinar, divergir, alterar, etc.

Além do caráter burocrático que imprimem ao ressuscitado Comitê Unificado – unificado entre os reformistas –, é importante reparar na defesa contra a caracterização de eleitoreiro que a coordenação arguiu. O fato de “não se estar em período eleitoral”, nem merece comentário. Já a afirmação de que não chamam o voto no Lula é uma confissão do candidato que apoiarão nas eleições de 2022.

O argumento principal, no entanto, seria a frase “comida no prato, vacina no braço Fora Bolsonaro” como prova de

que não se tratariam de manifestações eleitoreiras. Esta formulação revela uma preocupação maior com o marketing do que com o combate à exploração das massas. Prioriza uma abordagem lúdica e “criativa” tipicamente pequeno-burguesa, em que a referência à comida e à vacina serve como enfeite para o núcleo da política eleitoreira que é o Fora Bolsonaro, ponto de convergência de todas as correntes reformistas e centristas, e que agora também tem a adesão de alguns partidos burgueses e das pastorais. O “Fora Bolsonaro” materializa o caráter eleitoreiro, ou seja, a limitação da luta que reformistas e centristas postulam nos quadros da legalidade burguesa, à continuidade da ditadura de classe da burguesia, continuidade da opressão social e nacional.

Na própria convocação da plenária unificada, se evidencia com clareza esta limitação, pois, ao colocar que a forma de combater a “Fome, desemprego, privatizações” seria a “tarefa histórica de derrubar este governo neofascista”, explicitando dessa forma a subordinação da luta de classes à manutenção da ordem burguesa, pois, o Fora Bolsonaro se limita à substituição de um governo burguês por outro.

Exigimos a realização de uma plenária democrática e presencial, aberta à participação de todas as organizações políticas, sindicais e populares, sem restrições, que delibere sobre as bandeiras e os métodos de uma frente que impulsione a luta e organização dos trabalhadores para se opor à fome, ao desemprego, redução de salários e perda de direitos.

Porto Alegre:

Ataque à meia passagem é respondido pelas direções com ato simbólico e pedido de CPI

Estiveram em frente da Câmara de Vereadores, na tarde de 29 de setembro, um punhado de membros das entidades estudantis e militantes de correntes políticas, para um ato contra a retirada do meio-passe, que afetará, acima de tudo, os estudantes. O ato foi numericamente pequeno, e teve como objetivo apenas a encenação das direções estudantis, que fingem lutar contra os ataques do governo e dos capitalistas. Não houve uma real mobilização dos estudantes, não houve organização das bases, não houve nenhum chamado sério para compor esse movimento contra mais essa ofensiva do prefeito. Assim como permitiram a privatização da Carris e a extinção gradual da função de cobrador – que fazem parte do mesmo pacote de destruição do transporte público – sem organizar a luta dos rodoviários.

Professores de escolas públicas, que estiveram no ato acompanhando alunos, relataram que a categoria está desinformada e desanimada, devido a atuação das suas direções, e que têm na sua maioria optado por permanecer nas escolas, e não levar os alunos para as manifestações.

Uma vez perante os portões da Câmara, as direções junto aos vereadores pertencentes às mesmas correntes políticas, convocaram aqueles que estavam presentes a entrar para conversar com os vereadores, e pedir educadamente que votassem contra o projeto, e assinassem um documento escrito pelos estudantes,



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PROLETÁRIA
MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
www.pormassas.org -- fb.com/massas.por

Pelo direito à meia passagem e passe livre!

Pela reestatização da Carris, com controle dos trabalhadores e usuários! Por uma Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de uma carta de reivindicações de todos os oprimidos!

Após ter conseguido desestabilizar a Carris e acabar com a função de cobrador, Melo busca implementar mais uma medida presente no seu pacote de ataques ao transporte público. Idosos, professores, carteiros, bombeiros são alguns dos setores que não serão mais atendidos pelo “benefício” do meio-passe ou isenção de passagem. Mas, a categoria mais afetada será a dos estudantes, que estarão submetidos a avaliação de renda

propagar discursos demagógicos nas redes sociais, em “defesa da vida”, “defesa da democracia”, entre outros, e usaram a miséria crescente, a destruição das condições de vida que se impuseram, através da perda de empregos, da redução salarial, da retirada de direitos, para alimentar sua projeção eleitoral. Quando perceberam que o governo Bolsonaro se esfarelava, resolveram sair das suas tocas e se lançar às ruas sob a bandeira

exigindo a abertura de uma CPI.

Esse é o método que vem sendo adotado pelas direções, e que só pode levar todas as tentativas de luta à derrota. Divulgamos um panfleto denunciando a passividade das entidades estudantis e das centrais sindicais, que se negam a organizar a luta dos trabalhadores e estudantes contra as medidas impostas pelo governo para garantir os lucros dos capitalistas.

O boletim se inicia com as chamadas: “Pelo direito à meia passagem e passe livre! Pela reestatização da Carris, com controle dos trabalhadores e usuários! Por uma Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de uma carta de

reivindicações de todos os oprimidos!” Trata, resumidamente, de três pontos: 1) mostra como o ataque à meia passagem, pela prefeitura, obstaculiza a realização do direito ao ensino público e gratuito. Sem condições de se locomover, o estudante perde as aulas e seu acesso à escola. Dessa forma, a meia passagem é parte do direito à Educação, e deve ser defendida como tal; 2) apresenta o ataque à meia passagem como parte do recente processo de privatização da Carris. Que a defesa da meia passagem deve se juntar à defesa da reestatização da empresa, colocando-a sob controle dos trabalhadores e da população assalariada; 3) mostra que esse é mais dos muitos ataques que os governos vêm

fazendo contra as massas, e que é necessário enfrentar com a luta de classes. As direções mantêm as organizações das massas fechadas, não convocam as assembleias presenciais para organizar a luta, e procuram arrastar as massas para as vias institucionais, principalmente, eleitorais. Ao invés de defenderem as reivindicações, clama por uma CPI, bandeira que não vai mobilizar os estudantes. Como parte dos ataques, as reivindicações que enfrentam os governos em defesa dos direitos estudantis devem fazer parte da uma Carta de Reivindicações, a ser defendida por meio da convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, na direção de uma greve geral.

Boletim da CPE – movimento docente (Andes-SN e Sinasefe)

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, direcionado ao movimento docente da base do Andes-SN e Sinasefe, abre sua seção “Política Operária”, com o chamado a ato nacional de 2 de outubro, e a defesa de que sejam manifestações classistas e massivas. O boletim mostra que as alianças em torno da convocatória mostram que o curso da campanha nacional “Fora Bolsonaro” já está traçado, atando as manifestações de massa ao campo das disputas interburguesas e eleitorais, com a busca da frente ampla com os partidos burgueses. Essa movimentação expõe a necessidade de modificar o método, as táticas e a estratégia das manifestações.

“É preciso colocar, em primeiro plano, a luta pelo emprego para todos, contra o fechamento das fábricas, pela divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar; contra a destruição dos direitos trabalhistas, pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro; contra o salário mínimo de fome, pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores, pela escala móvel de reajuste, acompanhando imediatamente a alta do custo de vida; pela construção de moradias populares, com a expropriação das construtoras e de imóveis ociosos, e um plano de obras públicas; por entrega de terra aos camponeses pobres e indígenas, pelo fim do latifúndio, e pela autodeterminação das nações indígenas; contra as privatizações, pela reestatização, sem indenização do que já foi entregue pelos governos aos capitalistas; pelo não pagamento da dívida pública”.

“É urgente erguer uma frente única classista e de luta, em defesa de uma Carta de Reivindicações dos explorados! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, preparando a greve geral!”

Destacamos também, no boletim, a atuação das direções de Andes e Sinasefe, com sua insistência nos meios virtuais de pressão parlamentar. Dois textos do boletim fazem o balanço da atuação das direções sindicais, ante a PEC 32, intervenções nas reitorias, congelamento salarial, corte de verbas, e outros ataques à Educação Pública.

O Andes lançou a campanha “Defender a educação pública, essa é a nossa escolha para o Brasil”, que “no mesmo dia em que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovava o relatório da Reforma Administrativa (PEC 32), a diretoria do ANDES-SN se colocava nessa campanha remota e publicitária em torno da ‘defesa da educação’, com um ‘show-live’ (...) que tinha, como ‘ápice’, a presença da cantora Duda Beat. Trata-se, como se vê pela conjuntura, uma iniciativa constrangedora e inócua, que expõe o fracasso da política da direção do ANDES-SN, que se lança, inclusive, no coro geral das burocracias



**Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO**

CPE-Universidade | Partido Operário Revolucionário [POR]
www.por-massas.org
fb.com/massas.por
anchor.fm/por-massas
por@por-massas.org
Ano VII - 31 de Agosto de 2021

POLÍTICA OPERÁRIA

2 DE OUTUBRO

Por manifestações massivas e classistas

Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e moradias populares. Contra as privatizações, pelo não pagamento da dívida pública, por terra aos camponeses e indígenas!



sindicais, defendendo a pressão parlamentar sobre deputados.” (...)

“O método coletivo, histórico, de mobilização e discussão foi abandonado, e docentes e a direção sindical se veem amarrados na passividade das atividades virtuais”. (...)

“É preciso mudar imediatamente esta política! É preciso uma orientação clara da direção do ANDES-SN: que as seções convoquem as assembleias presenciais docentes; que se organizem as assembleias conjuntas com estudantes e técnicos; que se formem comitês unificados, para organizar a luta do funcionalismo nas ruas; que se paralise o conjunto das atividades (remotas e presenciais) para que a defesa da educação saia das redes virtuais, e ganhe as avenidas e rodovias das principais cidades do país. Esta é a campanha que deve ser erguida pela direção do ANDES-SN, e não uma pseudoceleração político-cultural, que falseia a realidade e as condições atuais de luta nesta conjuntura, tão dura para os trabalhadores e para a juventude.”

O mesmo quadro se repete com o Sinasefe: “No momento em que a PEC32 foi aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados, e segue para a votação no plenário, o sindicato não dá sinais de que irá rever os métodos utilizados. Insiste em tentar barrar a tramitação da PEC32 com a pressão sob os parlamentares, uma estratégia ineficaz, pois, mantém a categoria à espera das ações do parlamento burguês, como se este expressasse os interesses das massas e fosse capaz de resolver seus problemas”.

O boletim explica que as votações virtuais, plebiscitos, pressão parlamentar, chantagem eleitoral (se votar, não volta) e atos isolados da direção em Brasília, são incapazes de impedir os ataques dos governos. “Esses métodos deixam os milhares de servidores passivos e isolados, sem uma diretriz clara de como construir a organização necessária para lutar coletivamente contra a PEC32.” O boletim trouxe também o balanço da luta contra o “reordenamento” da rede federal de ensino, que compôs um boletim especial direcionado aos Institutos Federais.

Responder aos ataques das multinacionais com os métodos do proletariado

O patronato tem a seu favor inúmeras leis, que servem de proteção aos seus negócios. Contam com o banco de horas, lay-off, PDV, PLR e outras medidas de flexibilização capitalista do trabalho. Durante a Pandemia, usaram a MP 936 (agora 1045), para reduzir jornada e salário e suspender contratos. E, há muito, vêm dispondo-se de um decreto da ditadura militar (Lei 1535), de 1977, que dá ao capitalista o direito de impor férias coletivas, até duas vezes ao ano. Era comum sua utilização por ocasião do final do ano, período de festas de Natal e Ano Novo, mas essa prática se alastrou, com o avanço da crise econômica. Assim, as férias coletivas são implantadas, ora por excesso de produção, ora por falta de “componentes”.

Nesse momento, as montadoras têm abusado desse mecanismo. A Volks de Taubaté acabou de decretar férias coletivas, para cerca de 800 metalúrgicos, alegando falta de componentes. Essa é a sexta parada, que alterna férias coletivas por turnos ou setores, ou o “shut-down” e “day-off” (paradas e dias de “folga”),

onde foram empregados o banco de horas, com a mesma justificativa: falta de peças. As multinacionais introduzem no país uma série de termos em inglês, que na realidade nada mais são do que a flexibilização capitalista do trabalho. No caso das férias coletivas, o período de afastamento é descontado das férias individuais. O trabalhador não pode se recusar a essa troca.

A Stellantis anunciou o lay-off para a fábrica de Betim (MG), onde produz os modelos Fiat, Uno, Strada, etc. A suspensão de contratos de trabalho atingirá 6,5 mil metalúrgicos, e pode durar de dois a quatro meses. O motivo alegado é o mesmo: falta de componentes. Isso ocorre depois de a empresa ter decretado férias coletivas para 1,9 mil trabalhadores, em abril. Durante o lay-off, neste caso, os metalúrgicos que recebem acima de R\$ 3.500,00 terão redução salarial. Todos terão de arcar com o custo de internet, para fazer os cursos de “capacitação” online, durante a suspensão de contrato. Certamente, correm o risco de demissão, caso a situação da empresa piorar.

Como se vê, quem perde são os trabalhadores, seja com as férias coletivas, seja com lay-off e outros instrumentos patronais. O grave está em que as direções sindicais têm naturalizado a flexibilização capitalista do trabalho. Seu papel se limita a convocar as assembleias nas fábricas envolvidas, e a convencer os operários de que não há outra forma de se contrapor à decisão patronal. Não há nenhum empenho em organizar a luta coletiva da classe operária contra tais medidas. Assim, a cada dia, são introduzidos novos mecanismos para cortar salários, demitir, suspender contratos e quebrar direitos, a exemplo do “lay-off”, “shut-down” e “day-off”.

Mas é fato que cresce o descontentamento com a política das direções sindicais. E só não tem sido materializado em luta contra a burocratização dos sindicatos, porque está ausente a fração operária classista. A construção dessa fração no interior das fábricas é vital, para enfrentar o patronato, e combater a política traidora das direções sindicais.

Empresa demite e não paga os direitos aos trabalhadores terceirizados

A Niplan Engenharia e Construção, sediada na região de Bauru, deu um calote nos operários da construção civil, que trabalhavam na gigante da área de celulose Bracell. São trabalhadores terceirizados, e que não moram na região. A Niplan decidiu demitir 450 operários, mas não pagou as indenizações. Os trabalhadores estão sem local para morar, já que dependiam dos alojamentos da empresa, e sem alimentação. Além disso, são constantemente perseguidos pelos seguranças armados da Bracell.

Segundo a informação de um dos trabalhadores, a Bracell recebeu um depósito de 15 milhões de seguro, caso a empresa entrasse em falência. A Bracell alega que o dinheiro foi repassa-

do para a Niplan, mas as informações apontam que a empresa está com o valor. O sindicato da região, Sintracom de Bauru, diz que a situação pode ser resolvida, se “houver boa vontade das empresas envolvidas”. A justiça determinou o pagamento das indenizações, mas, até o momento, nada foi resolvido.

Em meio à disputa entre as duas empresas, está o trabalhador terceirizado, demitido e sem receber os direitos. Este não é um caso particular, essa situação se vem tornando comum. Está aí por que é preciso unir trabalhadores efetivos e terceirizados, e organizar um movimento contra a terceirização. O que significa defender a contratação de todos os terceirizados, portanto, a efetivação.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Intervenção do POR nas manifestações contra a reforma administrativa de Bolsonaro e governadores

São Paulo

Plenária da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação, no dia 26 de setembro, realizou uma plenária com militantes e simpatizantes. Estiveram na pauta: 1) discussão da declaração do POR sobre a contrarreforma (PEC-32); 2) um balanço do ato do funcionalismo em SP, ocorrido na Assembleia Legislativa, em 21 de setembro; 3) informes sobre o fechamento de escolas no município de São Bernardo; 4) organização da intervenção no novo ato do funcionalismo, que se realizaria na semana seguinte; 5) informe sobre a atuação do POR e a Frente Classista e Combativa na manifestação de 2 de outubro.

A discussão da declaração ocupou a maior parte da reunião. Várias intervenções foram feitas, destacando os pontos centrais. Entre eles: 1) as contrarreformas (reforma trabalhista, previdenciária e administrativa) refletem a decomposição do capitalismo. Isso, por que golpeiam a força de trabalho (privada e pública), reduzindo salários, cortando direitos e facilitando as demissões; 2) as contrarreformas são exigências do capital financeiro: avanço da privatização e terceirização; 3) A reforma administrativa (PEC-32) tem como essência reduzir a folha salarial, penalizar os aposentados, acabar com a estabilidade, destruir direitos, terceirizar e aumentar a exploração; 4) a reforma administrativa, como parte da reforma trabalhista e previdenciária, enfraquece as funções sociais do Estado, e fortalece as funções parasitárias, portanto, trata-se de um plano sistemático; 5) a antecipação da reforma administrativa pelo governo Doria e pelo prefeito Nunes; 6) nossa resposta, que se inicia com a exigência de que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, para aprovar um plano de luta, capaz de unificar em um só movimento os trabalhadores privados e o funcionalismo.

Outro ponto importante foi a discussão do caráter corporativista dos sindicatos e a política de suas direções, que são incapazes de responder às contrarreformas com os métodos próprios dos trabalhadores. Ao contrário, reforçam a estratégia reformista de “convencimento” aos parlamentares, emendas ao projeto, e atos voltados ao calendário de votação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Essa política nefasta ainda contou com a farsa das convocações e assembleias virtuais.

A reunião encerrou com um chamado à vanguarda com consciência de classe a combater essa ofensiva dos governantes e da burguesia. O que significa também combater as direções corporativas e conciliadoras. E, com a preparação para o ato do funcionalismo, que se realizaria no dia 28 de setembro.

Funcionalismo de São Paulo realiza manifestações contra a PEC 32 e o PLC 26

Aconteceram, nos dias 21 e 28/09, duas manifestações em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), contra o PLC 26 e a PEC 32, projetos de reforma administrativa estadual e federal, respectivamente. Os objetivos principais desses projetos são: instituir uma série de mecanismos, que visam à quebra da estabilidade e demissão de funcionários públicos, golpear o direito de greve, retirar conquistas (como o 1/3 de férias, etc.), reforçar a avaliação por mérito, e ampliar a privatização e a terceirização. São medidas que fazem parte de uma ofensiva geral dos capitalistas sobre os trabalhadores. Está em andamento um plano sistemático de destruição dos serviços públicos, e de corte de recursos para setores sociais, plano que, por sua vez, constitui uma resposta burguesa à crise estrutural do capitalismo.

A ausência das assembleias presenciais e a interrupção do funcionamento das instâncias de base da categoria, somadas ao histórico de derrotas, têm contribuído para um sentimento generalizado de desconfiança dos trabalhadores, em relação à política de suas direções.

Os atos foram convocados por algumas entidades do funcionalismo, com peso maior para a Apeoesp (sindicato dos professores estaduais). Foram atividades limitadas. O que constitui um problema político, cuja raiz está na paralisia, na burocratização e na política reformista de “pressão parlamentar”. A ausência das assembleias presenciais e a interrupção do funcionamento das instâncias de base da categoria, somadas ao histórico de derrotas, têm contribuído para um sentimento generalizado de desconfiança dos trabalhadores, em relação à política de suas direções. Ao mesmo tempo, é perceptível o crescimento da insatisfação junto aos trabalhadores. O arrocho salarial, a perda de direitos e a gravidade do ataque contido nas contrarreformas administrativas estão cada vez mais claros. A tendência é de que a realidade objetiva acabe falando mais alto. O problema está no fator tempo: os projetos anti-populares podem acabar sendo aprovados, caso as direções sindicais não se coloquem por organizar uma verdadeira luta, com paralisação e manifestações massivas.

Aí é que se encontra o problema central do momento: a próxima assembleia da Apeoesp foi marcada para o dia 22 de outubro. Até lá, muito possivelmente o PLC 26 já esteja aprovado. É preciso antecipar essa data! É um crime contra a categoria, a



não convocação da assembleia presencial. Não se trata de uma “escolha” que caiba à direção. Ao não convocá-la, a direção está bloqueando o acesso dos trabalhadores à sua ferramenta de luta, está impedindo a categoria de fazer uso de sua principal instância de discussão, deliberação e ação.

O método defendido pelas direções, inclusive pelos setores majoritários da oposição, tem sido o da “pressão parlamentar”. A ideia, completamente estapafúrdia, é de que os deputados devem ser “convencidos” a votar contra os projetos. Os parlamentares dos partidos da burguesia se movimentam pelos interesses gerais da burguesia e dos setores oligárquicos, votam de acordo com as decisões de seus partidos, ou conforme certos interesses corporativos. Pesam também, nesse aspecto, as liberações de verbas, e outros “favores” típicos do fisiologismo, tão arraigado no Estado burguês brasileiro. A ameaça do

“se votar, não volta” é uma bravata, dado que as eleições são um campo de disputa dominado pelo poder econômico.

Está aí por que o movimento deve abandonar esse método fracassado da pressão parlamentar, e se colocar pela retirada dos projetos na íntegra. A principal condição para atingir esse objetivo é a mobilização massiva e radicalizada nas ruas. É preciso unificar o funcionalismo de conjunto, além de ligar essa luta com a dos trabalhadores e da juventude oprimida em geral. É preciso que as centrais sindicais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e mobilizações massivas. Está aí o caminho por onde os trabalhadores poderão lutar e derrotar a PEC 32 e o PLC 26, assim como todas as outras medidas antipopulares dos governos.

Abaixo, publicamos a declaração do POR, distribuído no ato de 28 de setembro.

Contrarreforma – PEC 32

DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

LUTAR E DERROTAR A GRANDE OFENSIVA DOS GOVERNANTES CONTRA O FUNCIONALISMO PÚBLICO

24 de setembro de 2021

O governo federal e governos estaduais e municipais avançam em uma mesma direção, com a reforma administrativa: reduzir a folha salarial, penalizar os aposentados, acabar com o regime de estabilidade, destruir direitos, terceirizar, privatizar e aumentar a exploração. Isso de um lado. Favorecer os especuladores da dívida pública, proteger as funções parasitárias do Estado, abrir caminho para a entrega de serviços públicos às empresas privadas, e aumentar a presença das terceirizadas como prestadoras de serviços ao Estado, de outro. Essa investida vem sendo imposta há algum tempo. Agora, se amplia e se consolida com a PEC-32. Governadores e prefeitos aproveitaram o embalo das contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, para também impor retrocessos ao funcionalismo dessas esferas subnacionais. Trata-se, como se vê, de um plano sistemático, voltado a diminuir gastos essenciais da máquina pública, e a aumentar o dispêndio com as funções parasitárias.

Essas contrarreformas refletem a decomposição do capitalismo, uma vez que provocam retrocessos, em vez de progressos. Para derrotar esse ataque sistemático, é necessário unir o funcionalismo em uma só luta. E fundir suas reivindicações com o movimento geral da classe operária e dos demais explorados.

Essas contrarreformas refletem a decomposição do capitalismo, uma vez que provocam retrocessos, em vez de progressos. Para derrotar esse ataque sistemático, é necessário unir o funcionalismo em uma só luta. E fundir suas reivindicações com o movimento geral da classe operária e dos demais explorados. A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de

combater essa ofensiva de conjunto. O que implica combater, não só os governantes, como também as direções burocráticas, corporativas e conciliadoras.

Essa declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) é uma chamada à unidade dos trabalhadores públicos e dos trabalhadores privados.

Governo aprova o relatório da Reforma Administrativa (PEC 32)

No dia 23 de setembro, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou o relatório do deputado Arthur Maia (DEM), por 28 a 18 votos. Seguirá agora para a votação no plenário da Câmara de Deputados. Partidos que votaram contra contam com a rejeição no plenário, sob o argumento de que são necessários três quintos dos deputados.

Há alguns meses, governo e Congresso Nacional procuraram aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC-32). Como atinge interesses de bancadas parlamentares, vinculadas aos servidores públicos, foram obrigados a fazer alguns reparos, para que obtivessem os três quintos dos votos, por se tratar de mudanças na Constituição. No entanto, paralelamente, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC-13), que elimina a obrigatoriedade dos governos de aplicação percentuais mínimos de gastos em educação, em 2020 e 2021. O que joga por terra inúmeras ações judiciais, movidas pelos sindicatos aos governos estaduais e municipais, que deixaram de cumprir a Lei do Piso, e impuseram a extensão do congelamento salarial. E os governadores procuram antecipar aspectos da reforma administrativa, como ocorre em São Paulo, com o PLC 26, e no Rio de Janeiro, com novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A PEC-32, portanto, vem sendo materializada, independentemente da decisão final no Congresso Nacional. Lembremos que isso também

ocorreu por ocasião da Reforma Trabalhista. Ou seja, antes de ser totalmente ratificada, a terceirização, os contratos temporários, etc. já se alastravam, tanto na esfera privada quanto pública. O mesmo se deu com a Reforma da Previdência, em que parte foi sendo implantada pelos estados e municípios, muito antes de sua aprovação em nível federal.

As contrarreformas são uma exigência do capital financeiro ao governo Bolsonaro. Exigência que esteve na base do golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo do PT, e na constituição da ditadura civil de Temer. O governo Bolsonaro é fruto dessa diretriz. Temer aprovou a reforma trabalhista, e Bolsonaro, a previdenciária. Agora, segue com a reforma administrativa, que precariza as condições de trabalho da maioria dos servidores, e protege as corporações policiais e judiciais. Responsabiliza a maioria como um peso para o orçamento, e isenta a minoria corporativa, cuja função é completamente parasitária. Bolsonaro e o Congresso Nacional, não só deixaram de fora militares e policiais da reforma da Previdência, como atribuíram benesses. Nota-se que a reforma administrativa, como parte da reforma da Previdência e trabalhista, enfraquece as funções sociais do Estado, e fortalece as funções parasitárias.

A reforma administrativa visa a desobrigar o Estado para com os serviços públicos. Tem como ponto central a privatização e a terceirização. O que implica quebrar antigas conquistas dos servidores públicos, eliminando a responsabilidade do Estado para com os serviços sociais. Trata-se de uma contrarreforma voltada a assegurar a continuidade do pagamento da volumosa dívida pública. As contrarreformas foram e são exigências do capital financeiro, que parasitam o Tesouro Nacional, e do grande capital industrial e comercial, que exploram brutalmente a força de trabalho. Com o argumento falacioso de que é uma reforma “necessária” para tornar os serviços públicos de melhor “qualidade” e mais “ágeis”, e que visa à extirpação dos privilégios do funcionalismo, governo e aliados, o que inclui a grande imprensa, fizeram uma intensa campanha pela sua aprovação.

A reforma (PEC 32) recai inteiramente sobre a grande maioria dos servidores públicos. Entre as medidas que golpeiam a quase totalidade do funcionalismo, estão: 1) acaba com a fim da estabilidade, exceto para os cargos considerados de Estado; 2) institui 3 modalidades de contratação: a) cargos típicos de Estado, com estabilidade para os servidores que trabalham em atividade fim, considerados indispensáveis para a existência do Estado, como, por exemplo, os diplomatas e auditores da Receita. Para tais cargos, não poderá ocorrer a terceirização; b) cargos submetidos à avaliação desempenho. Nesse caso, o servidor concursado será submetido à avaliação de desempenho, podendo perder o cargo, depois de duas avaliações consideradas “insuficientes”. A efetivação e, conseqüentemente, a estabilidade, somente virá após alguns anos de “experiência”, e mediante “metas” cumpridas; c) contrato temporário, mediante prova de seleção, por 10 anos. Após o encerramento do contrato, o servidor não poderá ser contratado por dois anos. Haverá, assim, uma quarentena; 3) Permite a redução de 25% na jornada de trabalho e nos salários, sob a justificativa de crise fiscal; 4) impõe a perda do cargo, se o posto de trabalho for considerado obsoleto.

Outros pontos são também drásticos. Serão cortados: a) adicional por tempo de serviço; b) férias superiores a 30 dias por ano; c) aumentos retroativos; d) licença prêmio; e) incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos ou funções, etc. Como se vê, a reforma administrativa, portanto, integra a reforma trabalhista e previdenciária. Ao delegar ao Estado o poder de extinguir cargos, demitir, impor contratos temporários, e cortar salários dos servidores por meio de Medida Provisória, a reforma administrativa se soma às duas outras contrarreformas.

Sem a unidade dos servidores, para ganhar as ruas e paralisar os serviços públicos, a PEC-32 caminha para a aprovação definitiva, revestida de alguns penduricalhos, que não modificam a essência da reforma, que é a de cortar gastos, demitir e quebrar direitos históricos.

O relator tentou justificar que não se tratava do projeto do governo Bolsonaro, mas sim de uma proposta que foi fruto de inúmeras negociações com os todos os partidos. Centrou seu discurso demagógico de que é preciso dar à sociedade “serviços públicos de qualidade”, de que o servidor tem de ser responsabilizado pelo trabalho prestado, e de que não pode haver diferença entre o trabalhador da iniciativa privada e do Estado. Para a defesa do projeto, Arthur Maia usou fartamente o exemplo do que ocorre no estado da Bahia, dirigido pelo PT, mostrando as privatizações e terceirizações dos serviços essenciais. O exemplo serviu para se contrapor ao barulho dos parlamentares petistas, que cantarolaram contra a reforma durante da sessão de votação da Comissão.

Enquanto no Congresso Nacional se travava uma negociação entre o que ficava e o que saía da reforma administrativa, lá fora, as direções sindicais mostravam a sua impotência e incapacidade de organizar a luta massiva do funcionalismo; mostravam que nunca lutaram contra a reforma administrativa como parte da luta geral contra o conjunto das contrarreformas; mostravam que o palavreado corporativista serviu apenas para ocultar a sua política reformista e de colaboração de classes.

As manifestações convocadas para Brasília e nos estados foram dirigidas à política de “convencimento” aos deputados, das “injustiças” que serão cometidas aos servidores públicos. Eis por que a bandeira que guiou a impostura das manifestações foi “Se votar, não volta”. Os burocratas ameaçaram com a chantagem eleitoral, em contraposição à luta direta da massa do funcionalismo. Acrescenta-se a isso, as inúmeras experiências negativas de lutas do funcionalismo, que acabaram sendo traídas nas mesas de negociação com os parlamentares. Na realidade, faltou empenho por parte das direções das centrais e dos sindicatos do funcionalismo para erguer uma campanha nacional contra a reforma administrativa. Predominaram os discursos, as lives e as assembleias virtuais, no sentido de “adiar” e “barrar” a investida do governo, sob o rótulo da “pressão parlamentar”. Assim, tais manifestações de indignação ficaram limitadas às direções sindicais. Sem a unidade dos servidores, para ganhar as ruas e paralisar os serviços públicos,

a PEC-32 caminha para a aprovação definitiva, revestida de alguns penduricalhos, que não modificam a essência da reforma, que é a de cortar gastos, demitir e quebrar direitos históricos.

É preciso mudar imediatamente essa política de confiança nos parlamentares e de chantagem eleitoral. Que se convoquem imediatamente as assembleias gerais e locais presenciais. Que se constituam os comitês de base, e um comando nacional de organização da greve geral do funcionalismo. E que se organize uma campanha unificada do funcionalismo federal, estadual e municipal. A bandeira deve ser: funcionalismo unificado, greve geral pela derrubada da PEC-32.

São Paulo antecipa a reforma administrativa

O governador, João Doria, desde o início de agosto, enviou à Assembleia Legislativa o PLC-26, que nada mais é do que a aplicação da reforma administrativa (PEC-32). Entre as medidas estão: 1) a instituição de uma série de mecanismos, que visam à quebra da estabilidade e demissão de funcionários públicos (limitação de faltas para enquadrar o servidor na “inassiduidade”). Mecanismo que atinge o já limitado direito de greve, caso o grevista permaneça 15 dias fora do posto de trabalho; 2) retira o direito de faltas abonadas, dificulta o acesso à licença prêmio, altera o direito a 1/3 de férias; 3) reforça a avaliação por mérito e bonificação; 4) avança com a terceirização.

Da mesma forma que ocorre com a reforma administrativa, as direções sindicais não convocaram as assembleias presenciais, e se recusaram a fazer uma ampla campanha nos setores do funcionalismo, em particular, na Educação. Privilegiaram as negociatas na Assembleia Legislativa. Doria e sua base parlamentar aceitaram a inclusão de três emendas, voltadas à educação, mas que não modificam a essência do projeto. São elas: 1) Em relação ao professor contratado, será mantido o valor salarial de acordo com a Lei do Piso Nacional; 2) Prorrogará o contrato temporário por mais um ano do professor temporário, categoria O; 3) Para o Agente de Organização Escolar, propõe uma promoção acadêmica, a cada 3 anos de trabalho, desde que apresente certificados de conclusão de cursos.

Como se vê, Doria reúne todas as condições para aprovar sua reforma no Estado, antecipando o que será feito em nível

Intervenção do POR - Atos contra Reforma Administrativa

federal. O ato realizado no dia 21 de setembro mostrou o fracasso da política das direções sindicais. Eis aí por que é nossa tarefa é exigir:

- Que as direções convoquem uma assembleia geral presencial do funcionalismo, para discutir e aprovar as reivindicações e os métodos de luta (greve unificada) para barrar a reforma administrativa em São Paulo!

Prefeito de São Paulo dá continuidade à reforma da Previdência

São muitos os problemas acumulados pelos trabalhadores da rede municipal de ensino: arrocho salarial, sobrecarga de trabalho, imposição do ensino a distância, indeferimento de licenças médicas, entre outros. Se não bastasse tudo isso, o prefeito Ricardo Nunes/ MDB encaminhou à Câmara Municipal um novo projeto de reforma da Previdência, que está sendo chamado de SAMPAPREV 2 – lembrando que o SAMPAREV foi aprovado em dezembro de 2018, pelo prefeito, Bruno Covas/PSDB.

Como sempre, o argumento utilizado é o do suposto “déficit” previdenciário. Sabe-se, contudo, que o verdadeiro objetivo é golpear o sistema público de Previdência, para justificar a privatização dos fundos milionários. Na prática, a proposta de Nunes constitui um aprofundamento da contrarreforma aprovada por Covas. Entre seus principais pontos, constam os seguintes:

- 1) a contribuição dos aposentados e pensionistas passará a ser acima do salário mínimo, e não do teto do INSS;**
- 2) aumentará a idade mínima para se aposentar;**
- 3) retomará a segmentação de massas (o que significa que a contribuição dos novos servidores não será usada para pagar a aposentadoria daqueles que já se aposentaram);**
- 4) autorizará a cobrança de alíquotas extraordinárias dos servidores, por meio de lei.**

A situação é muito grave! Já passou da hora do sindicato abrir suas portas para a luta. Chega de paralisia! Não há outro caminho: sem a luta nas ruas, sofreremos outra derrota. Os professores, gestores e funcionários já estão trabalhando presencialmente, e estão praticamente todos imunizados. Não há qualquer justificativa para não colocar em funcionamento as instâncias de discussão e deliberação da categoria.

Devemos exigir:

- 1) Que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, visando a assembleia geral do funcionalismo público;**
- 2) Que os setores de oposição exijam o fim da farsa das assembleias e reuniões virtuais;**
- 3) Que haja uma campanha junto às escolas e repartições públicas para mobilizar os servidores, objetivando a derrubada da PEC-32, do PLC de Doria e a reforma da Previdência de Nunes;**
- 4) Que as centrais e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, contra as reformas antipopulares e antinacionais dos governantes.**

Rondônia

GOVERNADOR MARCOS ROCHA IMPÕE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No início de setembro, o governador aproveitou a passividade das direções sindicais e impôs a reforma da Previdência aos servidores da educação, seguindo as diretrizes da Reforma da Previdência de Bolsonaro. As direções dos sindicatos, apesar de reconhecerem o ataque, não organizaram a resistência. Limitaram-se a choramingar diante da conduta do governador, de encaminhar a PEC no dia 8 de setembro, e de ter sido votada às pressas. Está aí mais uma traição das direções sindicais, que continuam rejeitando as assembleias presenciais para organizar a luta dos trabalhadores da Educação. Sem a resistência dos trabalhadores, o governador bolsonarista impôs mais esse duro ataque.

Com a reforma da Previdência, a professora, que se aposentava aos 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, precisará ter 57 anos de idade e 25 anos de contribuição. O professor, que antes, tinha de ter 55 anos de idade e 25 de contribuição, necessitará de 60 anos de idade e 25 de con-

tribuição. Como se vê, a reforma da Previdência do coronel Marcos Rocha amplia a exploração do trabalho, quando os professores estão já esgotados pela idade, pela jornada de trabalho estafante, e pelas condições cada vez mais precárias de trabalho e salário.

A Corrente Proletária denuncia a política colaboracionista das direções sindicais, que se negaram a preparar a luta para derrotar a reforma da Previdência. Assinala que a reforma da Previdência é parte das contrarreformas que vêm sendo impostas sem luta. No momento em que Marcos Rocha desfêcha esse ataque aos trabalhadores da Educação, Bolsonaro e Congresso Nacional negociam a aprovação da reforma administrativa (PEC 32). Logo mais, o governador estará fazendo o mesmo em nosso estado, como já ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, nossa tarefa é exigir que as direções sindicais convoquem as assembleias presenciais, para aprovar o caminho da resistência coletiva, nas ruas.

Rio de Janeiro

Direção do SEPE se mantém na virtualidade, e não organiza trabalhadores contra o RRF

Em uma assembleia virtual, na última semana, a direção do SEPE (Resistência, PT e Primavera Socialista/PSOL) mostrou seu completo descolamento da base de trabalhadores da Educação. Em primeiro lugar, por ver o método da assembleia virtual se esvaziar sem tomar nenhuma providência, pelo contrário, seguem defendendo a virtualidade da tomada de decisões e das ações. Em segundo, por não agir no sentido de organizar a categoria, para se contrapor ao brutal ataque do novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Entre outros ataques, o pacote permite demissão de servidores em cargos extintos, aumenta o tempo para aposentadorias, extingue triênios e outros direitos adquiridos. O novo RRF segue para a aprovação, e será uma profunda derrota para o funcionalismo fluminense, adiando aspectos da contrarreforma administrativa do governo federal. As propostas obtusas, que foram votadas, e a forma com que foram apresentadas, não deixam dúvidas sobre essas afirmações, vejamos:

1) A assembleia da rede estadual do SEPE aprova Greve no dia 5 de outubro e nos demais dias de votação do

pacote da recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro: Sim, 235 votos, 91,8%; Não, 8 votos, 3,1%; Abstenção, 13 votos, 5,1%.

2. A assembleia da rede estadual se posiciona contra o pacote de recuperação fiscal do governo do Estado do Rio de Janeiro: Sim, 252 votos, 98,4%; Abstenção, 4 votos, 1,6%.

3. No caso da assembleia se posicionar contra o pacote de recuperação fiscal:

a. Ampla mobilização da categoria para a rejeição total do pacote de maldades de Cláudio Castro e André Céciliano, em defesa de todos os direitos da categoria e do funcionalismo público estadual, não autorizando a direção do SEPE a apoiar emendas ao pacote de maldades: 79 votos, 30,9%

b. O SEPE deverá lutar para garantir os direitos do funcionalismo, como triênios, adicionais de formação, progressão de carreira, direitos de aposentadoria, não taxação dos aposentados, manutenção de concursos e outros direitos conquistados historicamente, no processo de votação de emendas, caso não se consiga derrotar o pacote integralmente: 174 votos, 68%

c. Abstenção, 3 votos, 1,2%.

A terceira votação é a mais desavergonhada, já indicam a derrota, antes mesmo da luta, e mascaram uma proposta completamente abstrata “lutar para garantir os direitos...”, sem indicar concretamente qual será a luta? Quando? Com que meios? Com que métodos?, etc. A verdade é que a direção do sindicato ainda não saiu da quarentena, mesmo que todos os trabalhadores já estejam, há muito tempo, no trabalho. Aproveitam-se, assim, da virtualidade, para manter o controle do sindicato, e servir como correia de transmissão da política desses partidos, em nível nacional. É preciso dizer com todas as letras: a política sindical no SEPE, e em muitos outros sindicatos pelo país, tem servido apenas como extensão da política burguesa do “Fora Bolsonaro - Impeachment” dos partidos reformistas e centristas. Rifam a miséria da maioria, em nome das eleições que acontecerão daqui a mais de um ano, sem nenhuma garantia real, além das promessas eleitorais.

É preciso lembrar que a política de pressão parlamentar, enviar mensagens aos deputados, tem sido aplicada pelas

direções sindicais, de norte a sul do país. Em São Paulo, essa política apareceu sob o bordão “se votar, não volta”, expressando uma patética ameaça aos parlamentares que forem a favor da reforma estadual que os servidores enfrentam. Esse método, estranho ao proletariado e à luta de classes, foi usado na aprovação da reforma trabalhista, em 2017, na reforma da Previdência, em 2020, e agora, na reforma administrativa e nas reformas estaduais. As aprovações sem grandes dificuldades têm mostrado a falência das direções sindicais, em defender os interesses dos trabalhadores. É fundamental identificarmos as reformas estaduais, que trazem aspectos da reforma administrativa, como parte de um conjunto maior de medidas, ditadas pelo capital financeiro, para manter o pagamento das dívidas públicas, federais e locais.

Já na Alerj, dirigida pelo PT (Ceciliano), a forma de amortecer qualquer movimento tem vindo através da falsi-

ficação da reposição salarial. Prometem reposição de 23%, quando a perda no período foi de mais de 43%. Mesmo esses 23%, caso sejam de fato implementados, serão divididos em três vezes, sendo metade em 2022, um quarto em 2023, e um quarto no ano seguinte; assim, não se espera que haja nova reposição nesses três próximos anos (vale lembrar que o último resultado do INPC foi de 10,42%). Um verdadeiro embuste, que tem servido apenas para desmobilizar a categoria. Essa é a essência do papel que tem cumprido o PT, no co-governo com o bolsonarista Castro. No interior do RJ, em Maricá, o vice-presidente nacional do PT, ex-prefeito de Marica, declarou recentemente que, ano que vem, é Castro no estado do Rio, e Lula em Brasília.

A saída para o funcionalismo do Rio de Janeiro está na organização independente dos trabalhadores, em conjunto com os trabalhadores da iniciativa privada. As retiradas de direitos do funciona-

lismo é a aplicação da reforma trabalhista (CLT) aos funcionários públicos. O capital exige um rebaixamento geral do valor da força de trabalho, e, para isso, é preciso destruir direitos históricos do funcionalismo. É preciso pressionar os sindicatos para abandonarem a virtualidade, e se colocarem em luta. Devemos exigir assembleias presenciais, gerais e locais, para que os trabalhadores discutam e decidam sobre os métodos de luta!

Que a direção do SEPE rompa com a passividade, e convoque ASSEMBLEIA PRESENCIAL, antes do ato do dia 5!

Que a direção convoque as assembleias regionais e de núcleos para organizar a luta e participação no ato! Pela rejeição completa do RRF!

Pernambuco / Surubim

Plenária debate os impactos da contrarreforma Administrativa

No dia 18 de setembro, foi realizada uma plenária no interior de Pernambuco, que agregou militantes do PSOL, CPE/POR e independentes, na maioria estudantes e professores do ensino médio e superior.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) apresentou as linhas gerais da PEC 32: quebra da estabilidade, criação de várias modalidades de contratação precárias, preservação de privilégios da cúpula do judiciário e militares, entrega dos serviços públicos para a gestão de empresas privadas com fins lucrativos. Mostrou que o corporativismo e o método da pressão parlamentar levam o movimento a um beco sem saída. Assinalou que o dia 18 de agosto não se deu com uma verdadeira greve geral do funcionalismo público, e a semana de lutas contra a reforma administrativa esteve totalmente presa à agenda

do Congresso Nacional. Destacou o peso das contrarreformas para a juventude, seja com o desmonte da Educação e Saúde públicas, porém, como mais um fator de precarização das formas de trabalho, seja por meio da destruição dos direitos trabalhistas no setor privado, porém, também no setor público. Indicou a unidade entre as contrarreformas e privatismo. A Emenda Constitucional do teto dos gastos (EC95/2016) cortou brutalmente o orçamento dos serviços públicos, o Novo Ensino Médio avança na destruição da escola, e a resposta burguesa à Pandemia escancarou as portas para o Ensino a Distância. A Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista aprofundaram a precarização do trabalho, com trabalho intermitente, jornadas de trabalho ilimitadas. Defendeu que a luta contra a reforma administrativa não se pode dar à margem da luta pelos em-

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

pregos para todos, com a divisão das horas de trabalho; salário mínimo vital; e estabilidade nos empregos. Os presentes denunciaram que há uma campanha, para que a categoria de professores seja considerada “carreira típica de Estado”, portanto, uma política corporativa, diante de uma ataque geral aos trabalhadores.

O presidente do PSOL local fez uma fala, em que tentou atacar de forma geral a estratégia revolucionária. Perguntou: “onde se resolvem as grandes questões?” E já respondeu: “No parlamento”. Afirmando que é preciso que o povo esteja organizado e eleja verdadeiros representantes. Defendeu um caminho intermediário, “nem eleitoralismo exacerbado, nem menosprezar esses canais onde a gente consegue mobilizar o povo, fazendo as reformas irem acontecendo, para ir transformando a vida do povo”.

As intervenções seguintes se ativeram aos aspectos concretos da conjuntura, ao mesmo tempo em que expressavam desconfianças com o eleitoralismo, perguntavam como organizar e mobilizar a juventude e trabalhadores. Um jovem trabalhador testemunhou como, após a reforma trabalhista, os patrões querem impor jornadas sem nenhum limite. Professores e estudantes trouxeram também a questão de como a aplicação do “Novo Ensino Médio” tem sido feita pelas costas dos estudantes, e o quanto essa contrarreforma acentua a superespecialização da educação, o privatismo e o caráter excludente.

Outros militantes da CPE mostraram a necessidade de partir das reivindicações dos explorados, por empregos, salários e direitos, ligando-as à necessidade de acabar com o capitalismo, por meio da estratégia revolucionária. Afirmaram que a fase progressista, de reformas do capitalismo, já ficou no passado. Vivemos a fase de decomposição do capitalismo, onde a promessa de reformar o capitalismo não passa de ilusão. O parlamento não está acima do poder econômico, pelo contrário, é submetido a ele. Se, em algum momento, as instituições da democracia burguesa incomodarem o poder do capital, a burguesia abrirá mão delas. Os golpes recorrentes na história do Brasil indicam os estreitos limites de nossa democracia oligárquica.

Nos encaminhamentos, houve a convocação para a participação na manifestação de 2 de outubro, no Recife. O presidente do PSOL local sinalizou descontentamento com as proposições do POR, mas os presentes defenderam a tática da frente única, e a luta em torno das reivindicações de emprego, contra a alta do custo de vida salário, direitos; defesa da saúde pública; contra o marco temporal; contra a reforma administrativa; contra as privatizações (Correios, Eletrobrás, Petrobrás), e pela revogação das contrarreformas. A plenária também aprovou atividades de debate em torno ao Novo Ensino Médio, recuperando a experiência das ocupações de escolas, em 2016. A atividade foi importante para fortalecer a atuação do POR no interior de Pernambuco, e impulsionar essa frente de lutas.

Encontro da Regional Norte celebra os 150 anos da Comuna de Paris

Em 26 de setembro, em Porto Velho, os companheiros do Amazonas e de Rondônia realizaram um estudo sobre o livro do partido, “Lições da Comuna de Paris”, lançado este ano, para prestar homenagem à Comuna e aos milhares de trabalhadores que tombaram, entre março e maio de 1871, em sua luta pela emancipação do proletariado contra a escravidão moderna do capitalismo.

Participaram do estudo, militantes e simpatizantes dos dois estados, no esforço de fazer o estudo coletivo, e de elevar os quadros políticos na construção do partido operário revolucionário na região.

Nas três horas de estudo, centramos em dois capítulos do livro e no Manifesto do partido. A ideia foi, desde a apresentação, reatar os fios da experiência da Comuna aos diferentes momentos da história da luta internacional do proletariado. A Comuna forneceu, à vanguarda internacional e à teoria revolucionária, a primeira experiência concreta para soterrar o Estado

burguês, e erguer um novo tipo de Estado, e um novo tipo de relações econômicas. Os erros e as insuficiências da Comuna estiveram ligados, como concluímos do estudo, ainda da insuficiência do programa da revolução, cuja direção ainda não era majoritariamente marxista, e das próprias pressões da pequena burguesia, que não havia sido “ferremente submetida” à autoridade do proletariado insurreto, o que ocorreria algumas décadas depois na Rússia, com a Revolução de 1917. A necessidade da direção revolucionária marxista, com seu programa, cuja estratégia é a ditadura proletária, e cuja tática inclui aliança com outros setores da maioria oprimida, aparece como uma lição fundamental da experiência dos comunardos.

A leitura e a discussão dos textos foi encerrada com um “Viva a Comuna de Paris” e um “Viva aos trabalhadores que tombaram e que ainda lutam para derrotar a burguesia e alcançar a sua emancipação definitiva”.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.


MARXISMO
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Considerações sobre a pesquisa que indica a queda de confiança dos explorados nas instituições da burguesia

O Datafolha publicou uma pesquisa na última semana, onde avalia o nível de confiança da população em relação às instituições do Estado: Congresso Nacional, Ministério Público, Forças Armadas, Presidência da República, STF, etc. De maneira geral, o grau de confiança piorou na maioria das instituições, sobretudo, em relação à presidência da República, quando comparado com a última pesquisa, julho de 2019. Algumas instituições, como o STF, Forças Armadas e redes sociais, registraram os piores índices de desconfiança de toda a série histórica, iniciada em 2012. Outras instituições, como o Poder Judiciário e o Ministério Público, retornaram aos piores índices já registrados. De conjunto, a queda na aprovação geral das instituições está expressando um descontentamento generalizado, a partir, é claro, das condições imediatas e materiais de vida das massas, que têm piorado sistematicamente, ano após ano. Entretanto, nesta nota, destacaremos apenas um dos dados dessa pesquisa – as Forças Armadas (FAs).

O rompimento com as ilusões nas instituições do Estado capitalista se dará por meio da experiência revolucionária dos explorados, que identificarão as Forças Armadas como um braço da ditadura de classe da burguesia.

As Forças Armadas seguem como a instituição mais confiável para os entrevistados. Três em cada quatro (76%) declararam confiar nelas (era 80% em julho de 2019), desses, 37% confiam muito (era 42%), e 39%, um pouco (era 38%). Já 22% não confiam nas Forças Armadas (era 19%) – esse é o índice mais alto da série histórica – e 2% não opinaram.

A explicação da pequena redução deve ser buscada na atuação política das Forças Armadas no governo Bolsonaro. Em especial, na gestão Pazuello, no Ministério da Saúde, nos piores momentos da Pandemia. O número elevado de mortes, as polêmicas do governo em torno do tratamento precoce, o colapso da saúde em Manaus, sustentam essa afirmação. Contudo, não devemos ignorar que as Forças Armadas sejam a instituição com maior aprovação na pesquisa, 3/4 dos entrevistados. Isso em um país que viveu 21 anos de ditadura militar, que perseguiu, torturou e cobriu de sangue a militância de esquerda, sindicalistas e líderes da juventude.

Devemos lembrar que, no Brasil, nunca houve um acerto de contas com os crimes da ditadura militar. O movimento que

mais se aventurou nesse caminho foi a Comissão da Verdade, 2011-2014, no governo Dilma, que foi incapaz de responsabilizar e punir os torturadores e mandantes. Esse acontecimento mostra, com certa clareza, que os militares, ainda que fora do poder direto, seguiam com forte influência, sob o governo reformista do PT, sendo capazes de barrar as investigações, destruir provas, etc. O resultado nós conhecemos, não houve uma punição sequer que tivesse servido como uma resposta mínima para a população oprimida, de que o acerto de contas poderia acontecer.

Passados os “anos de chumbo”, os militares não se afastaram totalmente da condução da governabilidade. A responsabilidade por esse fato cabe inteiramente ao movimento democratizante, que se limitou ao que se chamou de “redemocratização”, acreditando que, com isso, se puniriam os torturadores e assassinos, podendo assim fechar as feridas abertas pelo regime militar. É preciso assinalar que a participação dos militares em cada governo não foi homogênea. A retomada de sua influência na governabilidade foi crescendo, a cada governo, desde os anos 1990. Com Temer e Bolsonaro, os generais foram reconduzidos ao centro de decisão do governo. Mais de 6 mil militares da ativa e da reserva passaram a ocupar cargos administrativos na máquina do Estado, no governo Bolsonaro.

O movimento democrático-burguês pela bandeira das “Eleições diretas já!” morreu entre as quatro paredes do Congresso Nacional, controlado pela ditadura. Chama a atenção que a ditadura, mesmo esgotada, ainda teve força para determinar como seria seu fim, cuja fórmula de “abertura lenta, gradual e segura” tinha sido prescrita pelo governo do general Ernesto Geisel. A lei da anistia, de 1979, garantiu que a “abertura” fosse “segura”. Sua função foi a de manter à sombra os crimes da ditadura e a inviolabilidade dos seus executores.

A explicação marxista do problema da elevada aprovação das Forças Armadas, por parte da população, está na ausência de um partido operário forte, enraizado nas massas exploradas, no movimento operário, popular e da juventude. Somente a maioria oprimida, dirigida pela classe operária, poderia e pode acertar as contas com a ditadura militar e avançar no sentido de destruir a ditadura de classe da burguesia. A luta de classes é o único caminho capaz de mover as massas exploradas na direção de sua estratégia própria de poder, a revolução e ditadura proletárias. O rompimento com as ilusões nas instituições do Estado capitalista se dará por meio da experiência revolucionária dos explorados, que identificarão as Forças Armadas como um braço da ditadura de classe da burguesia.

A compreensão do papel das Forças Armadas na manutenção da propriedade privada dos meios de produção pelos explorados depende da constituição e fortalecimento do Partido Operário Revolucionário no Brasil. A superação da crise de direção é a condição histórica para o proletariado e a maioria oprimida identificarem seus inimigos de classe e confiarem tão somente em suas próprias forças.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

A propósito do centenário de Paulo Freire

Resposta à campanha dos reformistas

A propósito do centenário de Paulo Freire, decidimos escrever esta nota, para apontar algumas das limitações da obra freireana, que parecem ainda distante da maioria dos educadores, da juventude e do conjunto da sociedade. Obviamente, essa crítica não se confunde em nada com as críticas reacionárias e completamente descabidas de Bolsonaro e os bolsonaristas contra o patrono da educação brasileira. O delírio da ultra direita consiste em atribuir a responsabilidade pela falência da educação pública no Brasil a Paulo Freire e sua obra. Mal sabem os estúpidos, que pouco se lê e se conhece Paulo Freire, nas escolas e universidades do país. Pelo contrário, nossa crítica é marxista e consiste na necessidade de superar Paulo Freire, como resposta à luta no campo da Educação. Entendemos ainda que a essência da crítica porista à pedagogia freireana está contida no artigo de Guillermo Lora, escrito em 1993, publicado na revista *Hombre Nuevo*, em 1995, e traduzido e publicado na *Revista Proletária da Educação* nº 10, no ano passado. Neste texto, Lora aprofunda alguns aspectos que mencionaremos aqui, principalmente o papel que assume e que pode assumir a educação no modo de produção capitalista.

Partimos da compreensão de que Paulo Freire avançou sobre a educação tradicional, chamada de “educação bancária”, em oposição à educação proposta por ele, chamada de “educação libertadora”, “problematizadora”, etc., fez assim, a devida crítica à forma tradicional de ensino, que separa a teoria da prática, sustenta a base memorística e reprodutiva da educação, e não questiona as relações sociais que envolvem a escola. Contudo, a pedagogia freireana não vai muito além, pois, não aponta o caminho material, a luta de classes, para libertação do proletariado. Aliás, Freire não fala em libertação do proletariado, dos oprimidos, dos explorados, fala em libertação comum de toda a humanidade, libertação dos opressores pelos oprimidos. Logo nas primeiras páginas de seu principal livro, *Pedagogia do Oprimido*, encontramos, “[...] E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.”

Essa compaixão pelo opressor tem raiz em sua religiosidade cristã, o que nunca abandonou Paulo Freire, e o colocou definitivamente no campo do idealismo. Paulo Freire nunca foi marxista, ainda que tenha citado ocasionalmente as obras de Marx. Ser marxista, citando Lênin, implica necessariamente o reconhecimento da luta de classes, e sua condução à revolução e ditadura do proletariado, bandeira que Paulo Freire nun-

ca levantou. E nem poderia, afinal a ditadura do proletariado implica uma forma de Estado, o Estado operário, que como qualquer outro Estado é um instrumento de opressão de uma classe sobre outra. Hoje vivemos numa ditadura de classe da burguesia, uma ultra minoria utiliza o Estado para oprimir a imensa maioria. A ditadura do proletariado nada mais é que a utilização do Estado pela absoluta maioria, a classe operária e demais trabalhadores, para reagir às tentativas de restauração da ditadura da minoria burguesa sobre a maioria explorada. A definição marxista da revolução e ditadura proletária se contra-

põe ao sentimentalismo religioso pelos opressores. Além disso, a ideia de que o opressor reside no oprimido é uma flagrante falsificação das relações sociais no capitalismo. As eventuais manifestações opressivas entre os explorados são fruto unicamente da decomposição capitalista e da divisão social do trabalho, que mutila os trabalhadores física e mentalmente.

Ainda no campo do idealismo, Paulo Freire carrega a ideia de uma humanidade abstrata que deveria ser resgatada. Nesse sentido, o opressor é um “sujeito desumanizado”. Não compreende assim que não se trata de analisar o opressor (capitalista) individual, mas de uma classe, que age para além dos interesses individuais. A rigor, como diz Marx n’*O Capital*, “O capitalista só possui um valor

perante a História e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital.”, ou seja, não se trata de um sujeito com interesses pessoais de exploração e opressão, que espera por ser salvo pelos oprimidos, como nos faz crer Freire em sua pedagogia. Lênin, em uma de suas “Cartas de Longe”, criticando o apelo de Gorki, ao novo governo provisório, pela paz, diz, “Os capitalistas não podem renunciar aos seus interesses, tal como um homem não pode erguer-se puxando pelo seu próprio cabelo”; assim, usa a analogia de uma lei física (3ª lei de Newton), para demonstrar uma lei econômica fundamental, os capitalistas, enquanto classe, só se movem pela necessidade constante de valorização do capital, não atendem, portanto, a apelos emocionais ou conveniência. Tudo isso se perde no idealismo freireano.

“Paulo Freire se afasta da política revolucionária”, é o título do texto de Lora, o que corresponde à realidade. A religiosidade de Freire faz com que ele lance a pedagogia do amor, da esperança etc., ocultando a experiência histórica e a ciência materialista que nos mostra que o processo revolucionário é sempre violento. São as massas em armas, organizadas e dirigidas pelo proletariado com seu partido, que podem fazer a revolução. Não há espaço para abstrações e nobres intenções humanitárias na luta de classes.

Mas a essência da limitação da pedagogia de Paulo Freire, e que constitui seu afastamento do marxismo e da teoria revolu-

Essa compaixão pelo opressor tem raiz em sua religiosidade cristã, o que nunca abandonou Paulo Freire, e o colocou definitivamente no campo do idealismo. Paulo Freire nunca foi marxista, ainda que tenha citado ocasionalmente as obras de Marx. Ser marxista, citando Lênin, implica necessariamente o reconhecimento da luta de classes, e sua condução à revolução e ditadura do proletariado, bandeira que Paulo Freire nunca levantou.

cionária, é a inversão na relação entre estrutura e superestrutura, ou seja, o que é determinante, em última instância, no mundo. Para Paulo Freire, a escola/educação é espaço fundamental da mudança, através da elevação da consciência dos sujeitos que, críticos e conscientes de seu papel de oprimidos no mundo, vão atuar no sentido da transformação (sem dizer claramente como essa transformação vai se dar: revolução? voto consciente? não sabemos). Uma de suas ideias mais reproduzidas diz, “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Ainda que seja uma verdade óbvia que são as pessoas que transformam o mundo, coloca a Educação (superestrutura) em um papel privilegiado, com potencial para mudar o modo de produção (estrutura). A realidade da educação pública é a prova mais concreta dessa impossibilidade. No

O caráter classista da escola se evidencia quando aqueles que a frequentam – estudantes e trabalhadores – se colocam em luta por suas condições de vida, e utilizam os métodos da classe operária e demais oprimidos. A escola entra em choque com o capital, quando seus trabalhadores entram em greve, fazem bloqueios, mobilizações massivas, quando os alunos ocupam as escolas, etc. Aí está o potencial revolucionário que pode surgir da escola.

mundo real, a coisa funciona assim, é a estrutura, ou seja, a produção, que determina, em última instância, suas manifestações superestruturais, como a Educação. A educação no capitalismo tem a função de garantir a manutenção da exploração dos trabalhadores e a produção de mais-valia.

Esse etapismo é profundamente nocivo para a luta revolucionária, pois, carrega a ideia de que devemos primeiro passar por um longo processo de educação crítica das massas, para só depois pensar em revolucionar a sociedade. Ignora-se, assim, a própria história, que nos mostra que as grandes revoluções, como a revolução russa, foram feitas justamente pelas massas incultas, impulsionadas por suas necessidades mais elementares, organizadas e dirigidas pelo seu partido revolucionário. Uma nova educação será fruto de um novo modo de produção, de uma nova sociedade, não o contrário.

Isso não significa que não exista luta e disputa na escola e pela escola, mas o papel revolucionário dela está longe do

seu funcionamento cotidiano, nas aulas ou didáticas supostamente inovadoras. O caráter classista da escola se evidencia quando aqueles que a frequentam – estudantes e trabalhadores – se colocam em luta por suas condições de vida, e utilizam os métodos da classe operária e demais oprimidos. A escola entra em choque com o capital, quando seus trabalhadores entram em greve, fazem bloqueios, mobilizações massivas, quando os alunos ocupam as escolas, etc. Aí está o potencial revolucionário que pode surgir da escola. A luta de classes se expressa na escola, e é por meio dela que a juventude oprimida e os educadores se vincularão ao programa transformador do proletariado. Programa esse que tem em sua base a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É nessa luta contra a dominação burguesa, que se abre caminho para o fim da escola de classe e constituição da escola social.

Não é por acaso que o grosso das homenagens a Paulo Freire veio do campo do reformismo, isso se dá pelo fato de que sua teoria se encaixa perfeitamente com a plataforma política de partidos como o PT e aliados, que defendem a eleição de seus representantes para gerenciar o Estado burguês, e assim fazer as reformas paulatinas, que supostamente vão melhorar a vida dos oprimidos. Na Educação, defendem a formação de sujeitos críticos e transformadores. Na prática, quando estão no poder, conciliam com a classe de proprietários, transferem bilhões para o setor privado, e deterioram as condições de trabalho dos professores e servidores. Paulo Freire passou mais de 10 anos no Partido dos Trabalhadores, chegando a ser secretário da Educação na cidade de São Paulo, saiu antes de concluir o mandato, não conseguindo implementar sua proposta pedagógica, mas nem isso foi suficiente para que identificasse suas próprias limitações.

Concluimos com uma frase do artigo de Lora, onde coloca de forma precisa a limitação de essência da obra freireana: “De modo mais preciso, a educação está na trincheira ocupada pelas relações de produção, e não na barricada da força de trabalho, a única que ameaça destruir uma determinada sociedade. É inconcebível a possibilidade da Educação, se desenvolvendo no quadro da velha sociedade, transformar-se na ponta de lança utilizada pelo proletariado para derubar a burguesia”. A tarefa, nesse centenário de Paulo Freire, é superar a visão idealista e reformista de sua obra, e lutar pela elevação do nível de consciência das massas, através da luta de classes e de seu próprio partido. É na luta que o proletariado se move e se educa, assimilando as experiências históricas e forjando as condições concretas para a transformação, através da revolução e ditadura proletárias.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

nº 10

ago 2020

Nesta edição:

- **Notas:** Tendências da crise mundial
- **Argentina:** Declaração do POR da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.
- **Chile:** Combater o democratismo e eleitoralismo com a estratégia proletária.
- **Paraguai:** Manifestação exige veto à lei que criminaliza ocupações de terras e prédios.
- **Peru:** Morre Abimael Guzmán, fundador do movimento Sendero Luminoso.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Tendências da crise mundial

Em 15 de setembro, foi assinado o programa AUKUS, visando a reforçar os laços militares entre Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Foi também assinado um contrato para a construção de submarinos nucleares para a Real Marinha Australiana, com ajuda financeira e técnica dos EUA e Grã-Bretanha. Dias antes, foi cancelado o contrato entre a empresa francesa Naval Group e o governo australiano, para a construção de submarinos convencionais (diesel-elétricos). Na mesma semana, o governo inglês paralisava as medidas de desligamento do Mercado Comum Europeu (Brexit). Em 20 de outubro, as bolsas despencaram, após os anúncios de insolvência do gigante imobiliário chinês, Evergrade.

Esse percurso temporal de fatos transpareceu a manifestação das tendências mais profundas de agravamento dos conflitos entre as principais potências econômicas e militares do mundo, seja por alargar seu controle sobre de mercados e rotas comerciais, seja para fortalecer suas posições na guerra comercial. Em outras palavras: abriu uma nova etapa na crise estrutural do capitalismo, marcada pelas crises, a ofensiva imperialista contra as nações oprimidas, e o aumento das tendências bélicas.

Uma arma contra o expansionismo chinês

Apresentado como extensão do pacto “Five Eyes” (Cinco Olhos), que reúne EUA, Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, para criar uma rede de espionagem cibernética contra China, o acordo AUKUS e o contrato de construção de oito submarinos nucleares, para as Forças Armadas australianas, tem por objetivo conter a expansão militar e econômica chinesa. Estão em disputa, as rotas marítimas, por meio da quais flui a metade dos intercâmbios comerciais, e se deslocam as principais frotas militares das potências mundiais.

Ainda que a construção de submarinos nucleares seja uma via de valorização do capital (construção de submarinos e infraestrutura para abastecimento e manutenção destes, adestra-

mento de pessoal militar, aumento do volume dos transportes, etc.), o essencial reside em que o AUKUS cria uma base para o imperialismo norte-americano estender sua influência militar, e cercar o expansionismo comercial da China.

É do interesse dos EUA e aliados, frear o extraordinário desenvolvimento da China, e submetê-lo a seus interesses, no momento em que o estreitamento dos mercados e a crise de superprodução potenciam a lei da tendência à queda média da taxa dos lucros monopolistas. Eis por que a China passou, de um fator de solução conjuntural da crise capitalista – ao abrir caminho ao aumento dos lucros monopolistas, explo-

rando a gigantesca massa de força de trabalho barata – para um fator de seu agravamento. Não há mais como o imperialismo coexistir com a enxurrada de investimentos financeiros e mercadorias baratas, com os quais o governo chinês inunda os mercados. De forma que “O avanço da China e o retrocesso dos EUA no campo das relações comerciais e econômicas são parte interligadas de um mesmo problema, que faz com que seus conflitos tendam a ganhar maiores proporções mais violentas”¹.

Projeção das tendências bélicas

A construção de submarinos nucleares para a Austrália é parte da estratégia dos EUA, para impor seus ditames, cercar o expansionismo da China, e obrigá-la a dar um salto na restauração capitalista. O imperialismo não compactua, nem aceita que o desenvolvimento

econômico da China não esteja a serviço das respostas das potências diante das contradições estruturais do capitalismo em decomposição. Ou submete seu expansionismo aos objetivos de valorização dos lucros monopolistas e do parasitismo do capital financeiro; ou terá de ser submetida pela força, caso a projeção das contradições e conflitos mundiais da guerra comercial adquiram a forma de um enfrentamento bélico pelos mercados e territórios.

O imperialismo não compactua, nem aceita que o desenvolvimento econômico da China não esteja a serviço das respostas das potências diante das contradições estruturais do capitalismo em decomposição. Ou submete seu expansionismo aos objetivos de valorização dos lucros monopolistas e do parasitismo do capital financeiro; ou terá de ser submetida pela força, caso a projeção das contradições e conflitos mundiais da guerra comercial adquiram a forma de um enfrentamento bélico pelos mercados e territórios.

1. Resolução do Comitê Central sobre a situação política mundial, de abril de 2021.

O essencial reside em que o programa AUKUS representa um salto diferenciado na militarização das relações políticas mundiais e das capacidades militares dos EUA. O controle da região do Indo-Pacífico, especialmente de suas rotas marítimas, adquire para o imperialismo um caráter estratégico, para abortar os esforços bélicos, e romper as cadeias de logística da China.

Descontentamento da França

A decisão do governo australiano de cancelar o contrato com a Naval Group, enquanto se costurava nos bastidores o acordo com o governo e os monopólios norte-americanos, foi caracterizado, pelo governo francês, como “uma facada pelas costas”. Rompiam-se, em duas semanas, décadas de parceria econômica e militar, e inúmeros acordos bilaterais. Assim, a França decidiu retirar seus embaixadores dos EUA e Austrália, e ameaçou a Inglaterra com novas travas e barreiras comerciais.

Nota-se que a burguesia europeia é arrastada a uma nova etapa de conflitos mundiais, no momento em que são corroídos rapidamente os alicerces econômicos de seus lucros e negócios, assim como as bases políticas e diplomáticas das alianças constituídas no pós- Guerra.

A perda do “negócio do século”, de US\$ 50 bilhões, foi denunciada pelo governo francês como a comprovação de que não se podia confiar nos EUA. E caracterizada como um retorno de Joe Biden à política de Trump, “América, em primeiro lugar”. Evidentemente, não passou de falsificação, o argumento de que a Austrália contaria com capacidade militar mais elevada de dissuasão de “potenciais” inimigos. O certo é que não passa de um episódio na violenta disputa inter-imperialista pelos mercados e pelo controle de fontes de matérias-primas e de territórios geoestratégicos.

Encruzilhada europeia

Quando Biden tomou posse do governo norte-americano, a burguesia europeia celebrou sua vitória como uma nova etapa nas relações comerciais e políticas militares, abaladas pela política nacional-imperialista de Trump. Mas, rapidamente, se desvaneceram as ilusões, quando Biden decidiu por manter as barreiras alfandegárias de Trump, e acabou por sepultá-las com o acordo AUKUS. Está ficando mais claro que a volta ao multilateralismo da época de Obama não passa de palavreado.

O programa AUKUS foi montado quando a UE apresentava sua própria aliança comercial, a “Estratégia para a Cooperação no Indo-Pacífico”, que considera essa região como de “crescente importância estratégica para os 27 membros da EU”, por sua “importância econômica, demográfica e política, que a tornam um jogador chave na formação da ordem internacional”. Isto é, uma via para equacionar as violentas contradições surgidas da crise de 2008, depois agravadas pela combinação das crises sanitária e econômica de 2020, e que empurraram o Mercado Comum Europeu para a “estagnação, com oscilações para a recessão”². A guerra comercial reflete a potenciação dessas tendências.

Nota-se que a burguesia europeia é arrastada a uma nova etapa de conflitos mundiais, no momento em que são corroídos rapidamente os alicerces econômicos de seus lucros e negócios, assim como as bases políticas e diplomáticas das alianças constituídas no pós- Guerra.

Reorientação tática do imperialismo inglês

É nesse quadro de brutal concorrência monopolista que a integração da Inglaterra no programa AUKUS veio para equacionar as duras consequências

do Brexit (aumento de preços, desabastecimento, crescimento do desemprego, e avanço na destruição de direitos sociais e trabalhistas, etc.). A participação nos espólios dos acordos comerciais e militares, erguidos entre os EUA e seus aliados, é considerada uma oportunidade para equacionar a queda de exportações e importações britânicas, após a perda de grande parte dos mercados e garantias preferenciais de exportação ao Mercado Comum Europeu.

O imperialismo inglês pretende se valer do poderio militar dos EUA para alargar seus interesses monopolistas, ainda que isso signifique aumentar o grau de vassalagem diante dos interesses norte-americanos. De maneira que, ainda que sirva para frear conjunturalmente as tendências desagregadoras do Brexit na economia inglesa, impulsionará um novo patamar da guerra comercial, e reascenderá os conflitos inter-imperialistas, bem como o armamentismo e intervencionismo, para impor à força os interesses de cada fração burguesa nas regiões disputadas.

2. Resolução sobre Situação Política Internacional, de maio de 2021

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Bolha especulativa

É nesse quadro convulsivo que explodiu a crise da imobiliária chinesa Evergrade, a maior corporação privada de negócios imobiliários do país, e uma das maiores, quanto ao volume de ativos no mundo. A dívida da empresa é de US\$ 300 bilhões, afetando mais de 250 bancos e entidades financeiras e imobiliárias. O valor das ações da gigantesca empresa chinesa despencou em 80%.

A ameaça de quebraadeira, porém, contrasta com o aumento dos valores de aluguéis e compras de imóveis, que sextuplicaram no recente período. Essa contradição escancara o quanto a especulação imobiliária tem servido de refúgio à valorização de capitais, nas condições em que os investimentos na produção e comércio se encontram em curva descendente. De forma que a quebra da Evergrade converge para criar uma nova onda de destruição de valores e forças produtivas em escala mundial.

A burocracia estalinista chinesa foi, assim, obrigada a intervir. O mercado de transações imobiliárias compõe 17% do PIB do país – incluídas as vendas de equipamentos, eletrodomésticos e imóveis. A sua bancarrota, se não for escorada pelo Estado, poderá arrastar ao precipício 1,5 milhões de moradores, 200 mil empregos diretos, e 3,8 milhões de indiretos. A quebra da Evergrade, portanto, ameaça destruir os alicerces da recuperação econômica chinesa, e impulsionar a luta de classes. Estima-se que tem potencial para alavancar a crise de inúmeros municípios, que dependem da taxaço impositiva de terrenos e imóveis (representam, em média, 44% de seus ingressos fiscais), para materializar seus planos sociais e de infraestrutura local.

Tendências fundamentais da crise mundial

A insolvência da Evergrade é um sintoma do esgotamento do percurso da restauração capitalista e do crescimento econômico chinês, autocentrado na economia nacional. Em outras palavras: expõe em toda sua importância histórica a necessidade de a China ampliar seu expansionismo, visando obter acesso às fontes de matérias primas e mercados, que lhe permitam manter o crescimento econômico.

Mas, essa via a coloca em rota de colisão com o expansionismo imperialista, agravando assim o quadro da guerra comercial, e potenciando as tendências bélicas mundiais. A assinatura do AUKUS mostra o quanto os EUA e a China continuam sendo o motor fundamental da guerra comercial e das tendências bélicas, que ganham uma enorme proporção na atual fase da crise capitalista.

Desfez-se, assim, a pretensa máscara do “multilateralismo” e “pacifismo” de Joe Biden. Em nota do ano passado, após a vitória de Biden, alertávamos que seu governo não comportava uma mudança estratégica na política nacional-imperialista norte-americana. A ruptura de acordos, a guerra comercial, o intervencionismo e militarismo imperialistas são determinados pela necessidade de garantir os lucros monopolistas e parasitismo da burguesia norte-americana. Como afirmamos, “o governo Trump se esgotou na sua forma, mas não no seu conteúdo”³.

3. Eleições nos EUA - Combater o novo governo no campo da luta de classes

Socialismo ou barbárie

É fundamental compreender quais as bases econômicas, os interesses de classe e as leis econômicas se acham por trás dos fenômenos políticos, que impulsionam uma nova fase da decomposição do capitalismo. Fase essa marcada pela anarquia da produção social, que decorre da grande propriedade privada monopolista e do gigantismo do parasitismo financeiro.

São as leis econômicas do capitalismo da época imperialista que impedem a burguesia de superar as tendências à barbárie social. Crescem o desemprego, a miséria e a fome em todo o mundo, ao mesmo tempo em que as potências se armam ainda mais, e se preparam para um possível confronto bélico.

Daí a urgência dos explorados e os demais oprimidos de avançar na luta de classes, e de sua vanguarda com consciência de classe construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, bem como trabalhar firmemente pela reconstrução de seu comando e centro político revolucionário mundial, a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Trata-se do objetivo de superar a crise de direção, e dar expressão consciente aos levantes instintivos dos explorados em cada país, que emergem por toda parte, desenvolvendo a luta anti-imperialista, e combatendo os governos e capitalistas com o programa de expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção, transformando-as em propriedade social.

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR
DO JORNAL Massas **\$5**

Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | A00010 2021

Construir a direção
revolucionária mundial, para
orientar as lutas sob a estratégia
do governo operário e camponês

Impedir o desvio do movimento dos explorados para
o terreno democratizante da conciliação de classes

Viva os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Argentina

DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO DA ARGENTINA,
SEÇÃO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

A crise política que estourou nas eleições expressa uma crise do regime de conjunto

18 de setembro de 2021

As eleições PASO fizeram estourar uma crise política que, nem o oficialismo, nem a oposição, conseguiram prever. Nenhum deles esperava tamanha abstenção eleitoral, e que o governo fosse castigado dessa forma.

O governo de Alberto Fernández ganhou as eleições, por ampla maioria, em 2019, após o desastroso governo Macri. A base de sua vitória foi uma ampla frente eleitoral, que se unificou para derrotar Macri. Essa *Frente de Todos* incluía governadores, deputados, burocracia sindical e correntes políticas, que foram base de apoio de Macri, assim como antes haviam apoiado Menem. Incluía Massa, que colaborava explicitamente com a embaixada norte-americana, informando contra o kirchnerismo.

As eleições são um fator importante de legitimação do regime político de dominação. Quando observamos que um setor tão importante da sociedade dá as costas às eleições, não indo votar, e também uma importante parcela votando em branco, nulo ou na esquerda democratizante, vemos que sua ferramenta está enferrujada, já não serve como antes.

O POR alertou sobre o significado dessa aliança, em que setores mais críticos toparam engolir cobras e sapos, para acabar com o ciclo de Macri.

A realidade é que o novo governo tinha objetivos muito precisos: reconhecer e pagar a dívida externa; validar os aumentos das tarifas, realizados nos anos anteriores; validar o retrocesso dos salários e aposentadorias que impôs Macri; não mexer nos pilares neoliberais, conquistados durante 4 décadas de saque e roubo. Praticamente, não mexeu no judiciário, que garantiu a impunidade dos maiores roubos e afrontas às liberdades democráticas.

Dessa forma, se manifesta a mentira, que significa “governar para todos”. Ou se governa para a burguesia e o imperialismo, ou se governa para os oprimidos. São interesses contrários, irreconciliáveis. É impossível atender às reivindicações mais urgentes das massas e, ao mesmo tempo, respeitar a grande propriedade privada dos meios de produção. Os setores que se consideram “nacional e populares” se subordinaram à estratégia geral da Frente, comandada por Alberto Fernández, Massa e Cristina Kirchner.

Desde o começo, assinalamos que o principal bloqueio para desenvolver a economia, além da grande concentração dos meios de produção nas mãos privadas, nacionais e mul-

tinacionais, era a enorme dívida externa fraudulenta, e que, reconhecer essa dívida significava subordinar toda a economia às imposições do FMI.

O fato de o orçamento não ter sido executado – como assinala Cristina Kirchner – é apenas uma parte do problema. Mesmo que se tivesse executado totalmente, a reativação da economia continuaria sendo mínima. O que se evidenciou foi a intenção servil do governo, para reduzir ao máximo o déficit fiscal, em meio ao maior desastre social, econômico e sanitário. O governo, em todo momento, buscou ampliar as políticas de saque, para que entrassem dólares para pagar a dívida externa monstruosa e, por outro lado, reduzir o déficit fiscal. O governo buscou consolidar os retrocessos, impostos pelo macrismo, não anulou os tarifas, não reajustou os salários e aposentadorias, para recuperar imediatamente o perdido.

A crise não é produto da Pandemia, mas do macrismo. É o produto da incapacidade da burguesia para tirar o país do atraso. Pelo contrário, suas políticas de subordinação ao capital financeiro aprofundaram o atraso, reprimatizaram a economia, agravando o desemprego, precarização e rebaixando salários. A pobreza, a fome e a miséria não param de crescer, mesmo que, por breves períodos, os governos sejam obrigados a conter o retrocesso, para impedir uma explosão pelas reivindicações.

Levamos cinco décadas de retrocesso do emprego, dos direitos trabalhistas, do poder aquisitivo do salário, que são simultâneos à aplicação de todo tipo de reformas do Estado, desde a ditadura e Menem, para saquear abertamente os recursos e as empresas estatais. As contínuas reduções de salários e direitos não incorporaram mais trabalhadores à atividade, apenas serviram para aumentar os lucros dos empresários. O país está mais submetido do que nunca a um punhado de bancos, latifundiários, multinacionais, grandes empresas, que têm o poder, e decidem em função de seus lucros. Isto é o que está em crise. Em outras palavras, o sistema de dominação, que afunda na miséria a grande maioria. Isto não pode mais continuar. Este é o balanço que precisa ser feito desta democracia, destas instituições e dos partidos políticos.

Os governos são impotentes, são covardes perante o poder do capital financeiro. Governam contra a maioria. Contra essa maioria, que conserva ilusões na democracia e no peronismo, mas, cada vez mais debilitadas. É necessário trabalhar para tornar consciente essa desilusão, para conquistar a independência política e sindical. Não como fazem os chamados setores “progressistas”, reforçando a ideia de que há que ir votar, de que há que cumprir com a “obrigação cívica”.

O voto de protesto foi dirigido contra o governo e as instituições, mas também contra toda a burocracia sindical e mo-

vimentos de desempregados, que se integraram ao governo, que promoveram a paralisia e a conciliação, que abandonaram as reivindicações mais elementares, confiando na condução do governo, uns em troca de privilégios, outros por convicção.

As eleições são um fator importante de legitimação do regime político de dominação. Quando observamos que um setor tão importante da sociedade dá as costas às eleições, não indo votar, e também uma importante parcela votando em branco, nulo ou na esquerda democratizante, vemos que sua ferramenta está enferrujada, já não serve como antes. As massas resistem como podem, e com o que têm ao seu alcance e, nesta oportunidade, tomaram o voto para dar um tapa de protesto ao governo e às instituições. O discurso de que tudo será melhor, que temos um governo que se ocupa das pessoas, que estamos superando a Pandemia etc., se esgotou. Esgotam-se as ilusões na democracia burguesa, e se esgotam as ilusões no peronismo. O kirchnerismo sobra, como um recurso adicional para quando as batatas terminem de assar.

Por que é importante ter uma visão de conjunto sobre todos os fatores da crise? Porque nos permite ver que isso não se resolve com a mudança de alguns ministros ou algumas concessões salariais, ou de aposentadorias ou auxílios apressadamente criados. Porque está se incubando uma passagem à ação direta das massas, para impor suas reivindicações, como foi antecipado pela mobilização de um mês e meio na província de Neuquén. Como o antecipam as mobilizações massivas dos movimentos de desempregados, apesar do papel conciliador dos seus dirigentes. As medidas do governo podem conseguir mais votos em novembro, mas, não poderão desconhecer o impacto desta resposta nacional, com todas as limitações que significa o terreno eleitoral.

Afirmamos que toda esta raiva tem de se transformar em organização e ação. Esse é o caminho para derrotar efetivamente o governo, os patrões e o imperialismo. As massas devem desconfiar do governo e de todas as forças que o apoiam, e confiar em suas próprias forças. É a hora de elaborar o nosso próprio plano de emergência, para impô-lo mediante a luta generalizada.

- Trabalho para todos já! Reduzindo a jornada de trabalho, incorporando massivamente os trabalhadores à atividade, distribuindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores. É mentira que o desemprego seja só de 10%. Como todas as estatísticas e pesquisas, isso é falso! É necessário criar milhões de empregos, abrir as oficinas e as fábricas e comércios que fecharam. Impedir novas demissões, fechamentos e suspensões;
- Plano de obras públicas de execução imediata, para construir 300.000 moradias por ano, hospitais, escolas, esgoto,

rede de gás e água potável. Produzir todas as dragas, barcos e trens de que o país necessita. Que não sejam mais importados;

- Salário e aposentadoria mínima igual ao custo de vida familiar (\$ 113.000) para todos os trabalhadores, sem exceção;
- Confisco das redes de supermercados, para transformá-las em centros de abastecimento dos produtos de consumo popular, ao preço mais baixo. Acabar com todos os monopólios na indústria alimentícia, desde a produção de embalagens, até a produção de leite e massas, e os produtos de maior consumo. Todas as políticas de controle de preço máximo fracassaram;
- Desconhecimento e não pagamento da dívida externa. Nem um dólar a mais para a usura. Punição a todos os responsáveis pelo endividamento criminoso do país;
- Estatização do sistema bancário e do comércio exterior. Terminar com a usura, o contrabando, os negócios parasitários, que sabotam o desenvolvimento da economia. Nacionalizar o rio Paraná e todos seus afluentes, nacionalizar os portos e as vias navegáveis;
- Anular as contrarreformas do Estado, impostas pelo neoliberalismo. Nacionalizar as empresas privatizadas. Recuperar a produção de aço e alumínio para o Estado. Estatizar a mineração e a exploração hidrocarbonífera;
- Expropriar a oligarquia latifundiária, e transformar essas extensões do campo em fazendas coletivas. Entregar aos camponeses despejados e aos que foram usurpados das terras para produzir, caso não queiram se integrar às fazendas coletivas;
- Impor um sistema nacional único de Saúde e Educação, universal, gratuito sobre a base da expropriação dos sistemas privados.

Estas reivindicações sociais, democráticas e nacionais somente podem ser impostas, mediante a luta generalizada das massas, sob a direção da classe operária. Essa é a única classe que pode realizar estas tarefas até o final, porque não tem compromisso com a propriedade privada dos meios de produção. Isto significa que é necessário desenvolver a tática da frente única anti-imperialista. Esta luta só poderá desenvolver-se por meio da ação direta das massas, e jamais mediante as leis do congresso ou de constituintes. Para isso, devemos livrar-nos da burocracia corrupta, cúmplice dos governos e antioperária, que, em nome da conciliação de classes e unidade nacional, mantém contidos os trabalhadores.

Uma crise dessa magnitude deve resolvida pelos oprimidos, varrendo o regime político que os empurrou ao desastre social, e não procurando remendos para salvá-lo, lutando para pôr em pé seus próprios órgãos de poder, e lutando por seu próprio governo, operário e camponês.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Chile

“Lucha Obrera” (Luta Operária) – setembro de 2021

Combater o democratismo e eleitoralismo com a estratégia proletária

No jornal especial de setembro, o Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile traz um balanço político sobre as responsabilidades das frentes eleitorais e dos sindicatos, na consolidação da Assembleia Nacional Constituinte, como via burguesa para a solução da crise do regime burguês.

Passaram-se quatro meses, desde a instauração das sessões da Assembleia. Até agora, apenas conseguiu eleger sua mesa diretora, organizar Comissões, e aprovar declarações gerais, a exemplo da exigência da libertação dos presos políticos do levante operário e popular de 2019. O certo é que a Assembleia vem revelando sua impotência. O governo tem imposto seus planos econômicos e leis, por intermédio do repudiado Congresso Nacional, onde a direita detém a maioria.

Está aí por que o jornal especial Luta Operária começa assinalando que “Os projetos políticos subordinados ao que estabelece a burguesia”, ao invés de expressarem os interesses das massas, servem à classe dominante, desviando o ascenso revolucionário de 2019, e permitindo ao governo e à burguesia utilizarem suas instituições para manter em pé o odiado regime político e social, e preservar a grande propriedade privada e, assim, a miséria e a superexploração assalariada.

Cabe à vanguarda proletária se colocar no centro da luta de classes, e trabalhar “pela unificação dos sindicatos”, sob um “plano de reivindicações nacional único”, em defesa dos empregos, contra as demissões e o aumento do custo de vida. Está colocada a bandeira de aumento “do salário na mesma proporção que os aumentos dos alimentos”; bem como de defesa da Saúde e Educação públicas. O que exige “expor e sistematizar o programa que expressa os interesses da maioria, para terminar com a opressão e miséria”. Ou seja: está colocada a tarefa de “potenciar a única classe revolucionária, a operária, sob a estratégia revolucionária da tomada do poder”.

Essa tendência geral da história da luta de classes esteve presente no levante de outubro de 2019, que, erguendo a pa-



(...) o jornal especial Luta Operária começa assinalando que “Os projetos políticos subordinados ao que estabelece a burguesia”, ao invés de expressarem os interesses das massas, servem à classe dominante, desviando o ascenso revolucionário de 2019, e permitindo ao governo e à burguesia utilizarem suas instituições para manter em pé o odiado regime político e social, e preservar a grande propriedade privada e, assim, a miséria e a superexploração assalariada.

lavra de ordem de “acabar com 48 anos de apodrecimento” burguês, abriu caminho às tendências de luta das massas, em oposição ao eleitoralismo e à conciliação de classes. Mas, o desvio da Assembleia Constituinte demonstra que a vanguarda deve ainda ajustar as contas – realizando um severo balanço crítico – com a tradição frente-populista estalinista, que desgraçou os oprimidos, entregando-os de braços atados ao golpe contrarrevolucionário de Pinochet, em 1973.

A derrota da classe operária e dos demais oprimidos se traduziu em meio século de destruição de conquistas, redução brutal dos salários, desnacionalização e privatizações, que liquidaram os serviços públicos, afundado ao país na mais completa submissão aos monopólios e ao capital financeiro. As massas enfrentam o pior retrocesso em suas condições de vida na história do país, enquanto que a Frente Popular (embora assumindo novas formas nas últimas décadas) continua vigorando, como um instrumento de traição aos interesses e lutas operárias e populares.

Esse quadro de retrocessos e traições não poderá ser superado, se as massas continuarem a confiar nos partidos que acabam – quase sempre – submetidos ao eleitoralismo, e arrastando parte da vanguarda por trás de programas democratizantes. Alerta, ainda, que grande parte dos candidatos que se dizem independentes e “socialistas”, quando eleitos, “cumprem generosamente o papel servil” de proteger os capitalistas que, “destroem a vida de milhões de seres humanos”.

Eis como o governo de Sebastián Piñera, não apenas conseguiu desviar o levante popular de outubro de 2019, como continuou sua ofensiva direitista, apoiando-se, não apenas nos partidos burgueses, como na “pseudo-esquerda oportunista e traidora, para a qual confluem setores e indivíduos oportunistas, até delinquentes”. Basta assinalar que foi aprovada “a lei 21.200, de respeito absoluto aos tratados internacionais, propriedade privada”, para concluir que a Assembleia Constituinte não passa de uma farsa democrática, e que a esquerda que a ela se submete

não passa de oportunista e traidora. Um exemplo é a “Frente pela Unidade da Classe Trabalhadora” (FUT), que unifica quase todas as correntes centristas morenistas (em referência ao revisionista argentino Nahuel Moreno), e que acabou subordinada “à plataforma eleitoral imposta pela burguesia”.

O Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário de Chile convoca a vanguarda a construir o “partido, programa e táticas (...) que têm por objetivos a realização da estratégia revolucionária do proletariado e a instauração da ditadura do proletariado, amparada pelas forças camponesas, nações oprimidas e pequena burguesia empobrecida”. O objetivo colocado pela história é o de “acabar com a sociedade que tantos danos provoca à vida das maiorias nacionais”. O que somente será possível sob a direção do partido revolucionário e um programa “baseado na realidade objetiva

da estrutura do capitalismo, que determina a existência das classes antagônicas”.

Mais cedo ou mais tarde, as massas se encaminharão a combater as manobras que desviaram suas tendências revolucionárias e se potencialarão, melhorando as condições para a vanguarda com consciência se implantar no seio das massas. Trata-se, assim, de “fortalecer as organizações de base, reativar as assembleias populares (...), repudiando o eleitoralismo burguês”. E organizar a vanguarda com consciência de classe para contribuir com a construção e fortalecimento do POR no país, como partido marxista-leninista-trotskista, e avançar na reconstrução da IV Internacional, embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista, que sepultará o capitalismo.

Paraguai:

Manifestação exige veto à lei que criminaliza ocupações de terras e prédios

No último dia 29, uma manifestação de camponeses e indígenas na capital paraguaia, Assunção, acabou com dezenas de feridos e confrontos em vários bairros da cidade. Um policial foi atingido por uma flecha.

A manifestação foi motivada pela aprovação, pela Câmara dos Deputados, de uma modificação de uma lei, que aumenta a pena para quem ocupar propriedades privadas. Para entrar em vigor, a lei deve ser assinada pelo presidente da República, Mario Abdo Benítez. O movimento reivindicava o veto e manterá as mobilizações, se em 48 horas a lei não for retirada por Abdo Benítez.

“O que se quer é proteger a propriedade privada, para que as pessoas que queiram trabalhar tenham a segurança de que sua propriedade não será invadida”, disse o senador Enrique Bachetta, del Partido Colorado, majoritário. Está aí

o que se pretende de fato com a lei, e que afeta os camponeses e indígenas.

Isto, porque a questão de fundo remonta aos tempos da ditadura militar, quando se efetivou a entrega de amplas porções de terras a latifundiários e aos homens mais próximos do governo, dois terços das terras de sua “reforma agrária” foram entregues a esses elementos. Desde então, camponeses e indígenas usam o método da ocupação para recuperarem suas terras. Agora, pretendem fazê-los criminosos por isso.

A polícia nacional recebeu ordens de identificar os manifestantes que atacaram policiais e queimaram viaturas, de forma a reprimi-los duramente.

O ministro da Agricultura procurou apaziguar a situação, chamando à sanidade e ao diálogo. Sabe que será difícil calar os camponeses e indíge-

nas apenas por meio da repressão.

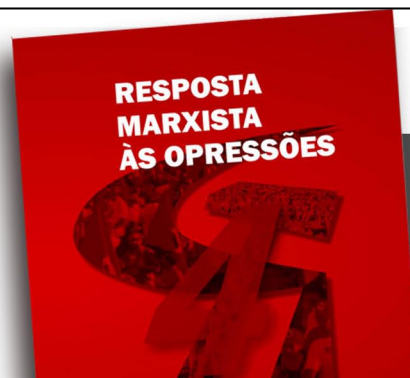
A agricultura camponesa e indígena é um traço forte no Paraguai, fruto de seu desenvolvimento desigual e combinado. Não há como os indígenas e camponeses sobreviverem fora do cultivo das terras. E elas são cada vez mais necessárias, diante do atraso do país, que sofre as consequências da decomposição do capitalismo mundial.

É preciso levar o movimento indígena e camponês à unidade com os setores citadinos, numa luta nacional de massa pelas reivindicações comuns, que se chocam com os interesses da burguesia e do imperialismo. A defesa da unidade entre os operários, pequena burguesia empobrecida e indígenas, de forma independente da burguesia, de seu Estado e instituições, depende da construção do partido revolucionário.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Morre Abimael Guzmán, fundador do movimento Sendero Luminoso



Desde 1992, Manuel Rubén Abimael Guzmán Reynoso cumpria o regime de prisão perpétua, na Base Naval de Callao. Morreu em 11 de setembro. Não há dúvida de que faz parte da história política do Peru. A luta armada no campo, desenvolvida pelo Sendero Luminoso, nome inspirado na obra de Jose Carlos Mariátegui, criador do Partido Socialista, em 1928, convulsionou a situação política peruana, nos anos de 1980. Guzmán pertencia ao Partido Comunista Peruano, quando abriu uma cisão, entre 1962-1964, aderindo ao maoísmo. Preso duas vezes e perseguido, entrou na clandestinidade, em 1978.

Em 1979, seu agrupamento aprovou o início da luta armada, que deveria ser travada desde o campo. A região escolhida para o início das operações foi a de Ayacucho, onde se encontrava uma massa de camponeses empobrecida, miserável e duramente reprimida. Em suas teses maoístas, supunha que os campo-

neses seriam a força motriz de uma revolução, que criaria um Estado de trabalhadores e camponeses, dirigido por um governo revolucionário popular e anti-imperialista. De fato, a luta armada, travada pelo Sendero Luminoso, seguiu a experiência do foquismo de Che Guevara, realizada entre 1965 a 1967, na Bolívia, desta vez como variante estalinista-maoísta.

O desconhecimento e o desprezo ao proletariado como a única classe consequentemente revolucionária, e a incapacidade de combater a política de conciliação de classes do Partido Comunista Peruano estalinizado, levaram Guzmán e seus camaradas a dar um lugar ao campesinato na revolução que não lhe cabia, uma vez que se tratava de uma classe vinculada ao pré-capitalismo, e às relações capitalistas de produção.

O movimento Sendero Luminoso se tornou no principal alvo da ditadura de classe da burguesia, dos governos e do

imperialismo. Conseguiu se sustentar por pouco mais de uma década. Sem Guzmán na direção, e ferreamente caçado pelas forças da repressão, o Sendero Luminoso se viu em um beco sem saída. Verificou-se que os camponeses não se ergueram em uma guerrilha, e não atraíram a classe operária e setores da classe média arruinada para o movimento pequeno-burguês, erroneamente voltado para uma idealizada revolução popular.

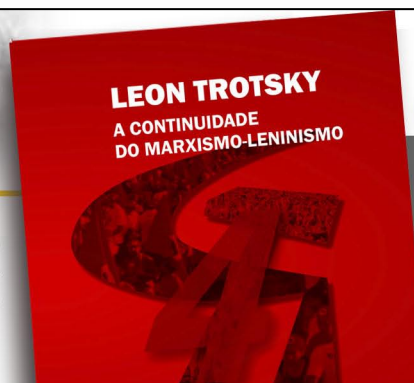
Guzmán morreu, aos 86 anos, no calabouço da ditadura de classe da burguesia. Quando de sua prisão, os algozes da classe operária e dos camponeses exibiram o dirigente do Sendero Luminoso em uma gaiola, vestido com o uniforme de presidiário, como se fosse um perigoso animal. Decretaram a sua prisão perpétua, e durante esses 29 anos de confinamento, não permitiram nenhuma comunicação com o mundo exterior.

O Partido Operário Revolucionário critica e combate os desvios foquistas, por obstaculizarem a tarefa de constituir a aliança operária e camponesa, que, para ser alcançada, depende do programa da revolução proletária e do partido marxista-leninista-trotskista. Mas não deixa de reconhecer a dedicação plena de Guzmán às suas convicções, e a sua inflexibilidade diante da violência contrarrevolucionária da burguesia peruana e do imperialismo.

Na sequência, publicamos um capítulo do folheto de Guillermo Lora "Sobre Sendero Luminoso", escrito em agosto de 1984. Toda experiência da luta de classes deve ser estudada e assimilada, para iluminar o caminho da revolução proletária.

Publicado o livro: **LEON TROTSKY** A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Capítulo II

Por que o foquismo no Peru?

Uma parte da grande imprensa peruana recém-descobriu – a custa de homens e mulheres de ambos os lados, tombados na luta – que Ayacucho e as regiões circunvizinhas dos Andes constituem a região mais miserável do atrasado Peru, que Lima não é todo o país, e que a Serra não apresenta um desenvolvimento uniforme. As comunidades camponesas não pensam em sair de uma agricultura extensiva, primitiva, que quase não resulta em excedentes: a economia de consumo domina o ambiente, e é sinônimo de miséria. A superficialidade da imprensa seguiu o caminho mais fácil, em seu empenho de desentranhar os sangrentos acontecimentos da Serra: acredita que a excessiva miséria deu origem à luta armada. Por que não ocorre igualmente em outras zonas peruanas, em grande parte da Bolívia, do Equador, Chile, etc., do continente da fome? A resposta tem de partir do ensinamento que deixa a história das lutas sociais latino-americanas: se a luta militar dos povos não brota de maneira automática, necessária e direta, da miséria, menos ainda pode gerar o surgimento de um foco armado. Neste último caso – o do foco armado –, a geografia da miséria se transforma em ambiente da luta contra os organismos repressivos regulares, pela decisão que tomam, nesse sentido, os ativistas vindos de outras latitudes, em direção ao que tem colocado o “Sendero”.

Os comentaristas passam por alto o fundamental do problema. A seleção de Ayacucho, por parte dos dirigentes senderistas, para se converter em um ponto de partida de suas ações, obedeceu, não só a necessidade de encontrar uma justificativa de fato (a miséria mantida à base de bombas e mortes), mas também porque correspondia perfeitamente à concepção teórico-política dos senderistas: nos países atrasados, que tantas vezes e de maneira deliberada têm sido denominados de camponeses, a rebelião deve partir do campo para ganhar as cidades, para assim impor o pequeno desenvolvimento das forças produtivas. Esta invasão armada da miséria extrema e da barbárie às cidades, tornadas refúgio da opulência, da degeneração pelo excesso de dinheiro, da comodidade, etc., não seria o caminho da revolução burguesa clássica (o estalinismo em geral, e o nacionalismo em particular, preferem denominar de revolução democrática), mas sim de uma revolução inédita, que se prefere denominar de popular. A designação dos países atrasados como camponeses não faz parte de nenhum deslize ingênuo, mas sim de uma nítida caracterização política: ali, onde as condições objetivas não amadureceram para a revolução puramente socialista, o campesinato seria a classe revolucionária. Não se trata de um acidente, que poderia obrigar o partido da classe operária a submergir no campo por um determinado tempo, mas de uma evidência de que o campo libertará a cidade.

Quando a revolução camponesa se isola da classe revolucionária da cidade, para seus organizadores, os fatos são tomados sem os devidos cuidados, pois, os problemas fundamentais da política revolucionária encontram sua solução – segundo os senderistas – no campo. Os teóricos da burocratizada Internacional Comunista, em seu quinto Congresso, catalogaram grande parte

“Sobre Sendero Luminoso” - Guillermo Lora, agosto de 1984.

dos países atrasados como camponeses. A ideia esteve latente em todo o desenvolvimento do estalinismo, para frutificar mais tarde na teoria castrista. Cópia ou mera coincidência? É difícil responder se é cópia ou coincidência. Não era possível tipificar nossa época como a da revolução proletária, na qual já não está vigente a diferença entre países maduros e não-maduros para essa revolução, uma das ideias capitais de Trotsky.

A esquerda latino-americana e peruana tem muito pouco cuidado na análise da mecânica de classes imperante nos países atrasados. Preferem continuar com sua atitude equivocada, diante das vastas massas camponesas, com esperança de que assim poderá ganhá-las para suas posições, uma vez que se trataria de uma manobra tática.

Se os camponeses encarnam o socialismo, se pode dirigir todo o processo de transformação, é claro que o atual processo revolucionário teria de desembocar em uma sociedade camponesa, de traços incaicos ou não, o que pouco importa. Esquece-se que o instinto dos camponeses, suas aspirações e as limitações de sua luta estão determinados pela produção individual, e pelo grande peso dos pequenos produtores. Vindos do passado histórico, têm muito em comum com esse passado e com o presente, e não têm possibilidades, na medida em que não vêem, nem expressam, os problemas de dimensão nacional, de adquirir consciência de classe, e de desenvolver de uma atividade autenticamente política. Isso sempre foi assim em todas as latitudes onde dominavam concentrações sociais imersas no modo de produção pré-capitalista. A substituição dos camponeses – uma esmagadora massa sem voz –, pelas elites intelectuais e de ativistas devidamente treinados no manejo das armas, aparece de uma maneira natural, e como se fizesse parte do processo revolucionário. Os foquistas falam em nome dos explorados do campo, e como pudessem substituir estes últimos. Nos esquemas subjetivos dos dirigentes políticos, nos encontramos diante da revolução camponesa consumada.

A ideia de que os camponeses são a direção revolucionária é algo que, no Peru, se vem arrastando desde tempo imemorial. Tudo começou quando alguns esquerdistas descobriram que havia um comunismo nativo herdado do incaico. Mais tarde, se incorreu na irresponsabilidade de não delimitar com clareza as diferenças qualitativas entre o proletariado e o campesinato, falando-se indistintamente de um e de outro, atribuindo-lhes não importa que virtudes revolucionárias. As atividades foquistas, cuja história é rica em acontecimentos, se encontram de maneira lógica no campo. O grupo armado organizaria e faria marchar por trás de si os camponeses: isso seria a revolução. É o próprio passado do socialismo peruano que potencia a ideia de “Sendero Luminoso”, que demonstraria coerência diante dos demais grupos, que não conseguem dar conta cabal do que se passa.

Pode-se concluir que a esquerda peruana, em sua expressão mais avançada, somente amadureceu para tornar possível as ações do Sendero, não estava preparada para dar nenhuma outra resposta radical e não parlamentar.



Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique

No jornal *Massas* anterior, concluímos a intervenção de Lênin no XI Congresso, realizado entre 27 de março e 2 de abril de 1922, ressaltando a necessidade de reestruturação do aparato estatal soviético, e a elevação cultural do país e, em particular, dos próprios responsáveis por sua administração.

Entre 5 de novembro e 5 de dezembro deste mesmo ano, ocorreu o IV Congresso da Internacional Comunista. Coincidiu com o quinto ano da Revolução Russa. Embora debilitado pela doença, Lênin desempenhou um papel central na sua organização e desenvolvimento. O IV Congresso se encarregou de elaborar o programa da III Internacional. A formulação sobre a tática da frente única operária a ser aplicada nos países de economia capitalista avançada (imperialista), e da frente única anti-imperialista, apropriada para os países coloniais e semicoloniais, decorreram do estabelecimento das linhas programáticas. O IV Congresso expressou o fortalecimento do internacionalismo proletário, não só pelo número de partidos comunistas (58 seções) e pelas novas adesões (Japão, Portugal, Brasil, etc.), mas também pela consistência dos documentos programáticos discutidos e aprovados.

Lênin foi o encarregado de apresentar um informe sobre *“Cinco anos da revolução russa e as perspectivas da revolução mundial”*. Deste informe, derivavam algumas das tarefas fundamentais da luta internacionalista do proletariado mundial. A consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), depois de vencer o cerco militar do imperialismo e a guerra civil, havia garantido o avanço da III Internacional, cuja importância era decisiva para a continuidade da luta contra o isolamento da URSS imposto pelas potências. Nesse sentido, o informe de Lênin, sobre os cinco anos da revolução, teve por objetivo colocar a necessidade da III Internacional assimilar a rica experiência do proletariado russo e do bolchevismo. Podendo, assim, incorporá-la na luta revolucionária de seus países. O que não poderia ser submetida ao esquematismo.

Lênin dedica boa parte de seu informe para mostrar como o Estado soviético enfrentava poderosas dificuldades de reerguer a economia, e manter a aliança operária e camponesa nas novas condições abertas, após a tomada do poder e a expropriação dos latifundiários e da burguesia. As respostas práticas obrigavam formulações até então inimagináveis aos marxistas. Era o caso da discussão em torno ao capitalismo de Estado. Como fazer com que a III Internacional entendesse a Nova Política Econômica na forma de um recuo necessário, para preparar um posterior avanço da construção socialista. Um grande embate se havia passado entre o X e XI Congressos do partido, voltados a mudar a política econômica no período pós-guerra civil.

Nota-se que Lênin procura ser o mais didático possível, para que a delegação das 58 seções da III Internacional compreendesse o que se passava no país da revolução proletária e, assim, se coletivizassem as conquistas do método do materialismo histórico e dialético. Lênin inicia o informe explicando: *“O tema ‘Cinco anos da revolução russa e as perspectivas da revolução mundial’ é demasiadamente amplo e extenso, para que se possa esgotá-los um só orador, em um só discurso. Por isso, ocuparei uma*

pequena parte do tema, a saber – o problema da Nova Política Econômica”. Lênin entra imediatamente na questão do capitalismo de Estado. Recorda que a polêmica teve origem no início de 1918, quando afirmou que, se *“comparado com o atual estado de nossa República Soviética, o capitalismo de Estado seria um passo adiante”*. Eis o raciocínio seguinte: *“Isso parece muito estranho, e talvez absurdo, pois, nossa república já era uma república socialista. (...) Apesar disso, pensava então que o capitalismo de Estado, levando em conta a situação econômica desse momento na República Soviética, seria um passo adiante (...)”*. Lênin recorre a estrutura econômica da Rússia, para fundamentar sua nova compreensão do problema de como erguer a economia socialista em um país de economia profundamente atrasada. Explica: *“Esses elementos eram, ao meu juízo, os seguintes: 1) economia patriarcal, isto é, em considerável grau uma economia camponesa natural; 2) pequena produção mercantil (aqui figura a maioria dos camponeses que vendem o cereal); 3) capitalismo privado; 4) capitalismo de Estado; 5) socialismo. Todos esses elementos econômicos existiam na Rússia daquela época. Coloquei a tarefa de explicar as relações mútuas entre esses elementos, e de se não haveria de estimar a um dos elementos não socialista, a saber, o capitalismo de Estado, como superior ao socialismo. Repito: a todos parece muito estranho que, em uma república que se declara república socialista, um fator não socialista seja considerado em primeiro termo, seja estimado superior ao socialismo. Mas, se torna compreensível, se recordamos que não considerávamos o sistema econômico da Rússia como algo homogêneo e muito desenvolvido, senão que reconhecíamos sem reserva alguma que, na Rússia, ao lado da forma socialista, tínhamos a agricultura patriarcal, isto é, a forma mais primitiva da agricultura. Que papel podia desempenhar o capitalismo de Estado nas atuais condições?”*

“Logo me perguntei qual desses elementos era o predominante. É claro que, em um meio pequeno-burguês, predomina o elemento pequeno-burguês. Reconheci, então, que predominava o elemento pequeno-burguês; era impossível pensar de outro modo. Então, me perguntei – se tratava de uma polêmica especial, que não guardava relação com o problema atual –: qual é a nossa atitude diante do capitalismo de Estado? E respondi: o capitalismo de Estado, ainda que não seja uma forma socialista, seria para nós e para a Rússia uma forma mais favorável que a atual. O que demonstra isto? Demonstra que não sobrestimávamos, nem os rudimentos, nem os princípios da economia socialista, apesar de ter realizado a revolução social; pelo contrário, então compreendíamos, de certo modo, que teria sido melhor chegar primeiro ao capitalismo de Estado, e somente depois passar ao socialismo”.

“Devo frisar em particular isto, porque suponho que é o único ponto de partida que é possível tomar para explicar, em primeiro lugar, o que é a atual política econômica, e em segundo lugar, extrair conclusões práticas de muita importância para a Internacional Comunista”.

Lênin chama a atenção dos delegados, que tinham a tarefa de elaborar o programa da Internacional Comunista, para considerarem a experiência particular da luta pelo socialismo na atrasada Rússia. Conclui: *“(...) pessoalmente penso que seria melhor que discutíssemos todos os programas somente de um modo geral, na primeira leitura (...)”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)